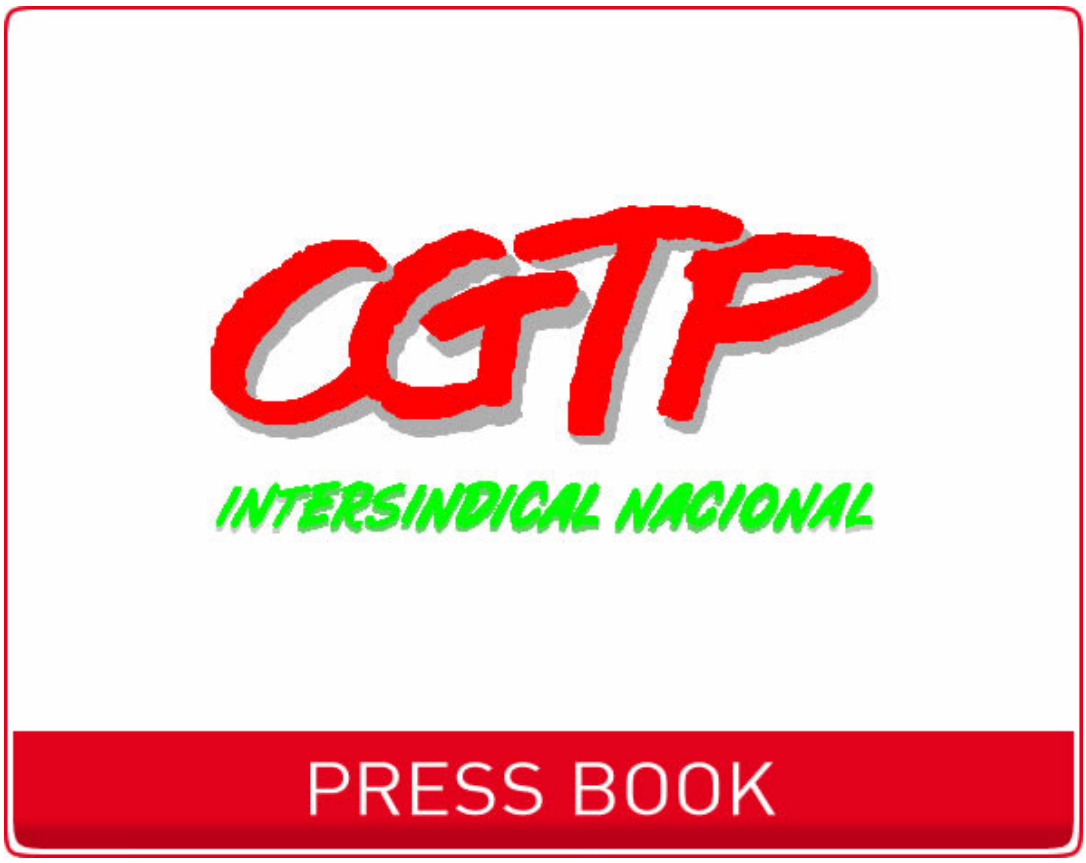


Revista_Imprensa_2_Setembro_2020

CISION

Revista de Imprensa

1. Ministério muda SNS 24, Correio da Manhã, 02/09/2020	1
2. Parcerias público-privadas - custos sobem 57 M, Correio da Manhã, 02/09/2020	3
3. Estado gasta mais 868 milhões em salários e reformas, Correio da Manhã, 02/09/2020	4
4. "Senhora ministra, acorde para a vida!", Correio da Manhã, 02/09/2020	7
5. Alunos de mérito ameaçados de chumbo, Correio da Manhã, 02/09/2020	8
6. Dívida pública atingiu novo recorde em julho, Correio da Manhã, 02/09/2020	11
7. Dívida pública. Valor ultrapassa os 264 mil milhões de euros em julho, i, 02/09/2020	12
8. "Não vamos ter crise política", i, 02/09/2020	13
9. Estratégia para o país recebeu mais de 1100 contributos, Jornal de Notícias, 02/09/2020	14
10. Dois mil milhões já estão comprometidos para 2021, Jornal de Notícias, 02/09/2020	15
11. Ruy de Carvalho juntou-se ao protesto contra o Governo, Jornal de Notícias, 02/09/2020	16
12. Aumenta pressão para investigar perdas no Novo Banco, Jornal de Notícias, 02/09/2020	17
13. Só 18% do excesso de mortes em agosto foram por covid-19, Negócios, 02/09/2020	20
14. OE 2021 já terá de pagar quase 2 mil milhões a mais, Negócios, 02/09/2020	23
15. Duelo ibérico pela obra do novo hospital de Lisboa, Negócios, 02/09/2020	24
16. Plano de Costa Silva recebeu 1153 contributos, Público, 02/09/2020	26
17. OE2021 já tem comprometidos 1950 milhões em despesa, Público, 02/09/2020	27
18. Saúde pública: quando a insensatez ganha asas, Público, 02/09/2020	28
19. “Proselitismo” e “Inquisição”. Direita, bispos e um socialista contra aulas de Cidadania, Público, 02/09/2020	29
20. Grande confusão, Público, 02/09/2020	30
21. Governo decide prolongar regularização de imigrantes, Público, 02/09/2020	31
22. Discurso direto - Entrevista a José Abraão, Correio da Manhã, 02/09/2020	33
23. Urgência em risco de fechar, Correio da Manhã, 02/09/2020	34
24. Sobe e desce, Correio da Manhã, 02/09/2020	35
25. Professores temem regresso, Correio da Manhã, 02/09/2020	36
26. FESAP pede aumentos de 1,1% em 2021, i, 02/09/2020	38
27. Cirurgia do hospital de Beja pode encerrar, i, 02/09/2020	39

28. Sindicato diz que gestão degrada TAP, i, 02/09/2020 40

29. Fesap exige aumento salarial nunca abaixo de 1%, Jornal de Notícias, 02/09/2020 41

30. Greve da Padaria Nacional acabou em acordo, Jornal de Notícias, 02/09/2020 42

31. Sindicato acusa gestão da TAP de querer criar uma "TAPzinha", Jornal de Notícias, 02/09/2020 43

32. UGT não aceita menos de 35 euros de aumento, Negócios, 02/09/2020 44

33. Fenprof acusa Governo de “inépcia” na preparação do regresso às aulas, Público, 02/09/2020 46

34. O novo normal. Seis meses que mudaram o nosso mundo, Público, 02/09/2020 47

CISION

ID: 88356211

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 22
Cores: Cor
Área: 15,59 x 20,05 cm²
Corte: 1 de 2

CONCURSO

Linha SNS 24 muda em plena pandemia

CALENDÁRIO Propostas entregues até segunda-feira **VALOR** Vencedor vai poder contar com 36,7 milhões de euros para um período de três anos

JOÃO SARAMAGO

A Linha SNS 24, que nos primeiros oito meses deste ano deu resposta a cerca de 1,5 milhões de chamadas telefónicas, vai ser alvo de mudanças, que envolvem 36,7 milhões de euros. As alterações resultam do concurso para a exploração do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde. A escolha do novo operador ocorre, contudo, em plena pandemia de Covid-19, doença cujo impacto obrigou a um reforço de enfermeiros, de 950 para

ALTERAÇÃO TECNOLÓGICA JUSTIFICA REFORÇO DE DEZ MILHÕES DE EUROS

1400. Na próxima segunda-feira termina o prazo de apresentação de propostas.

Para o lançamento deste processo houve "um reforço de 10 milhões de euros face ao valor do anterior", informou a secretária de Estado da Saúde, Jamila Madeira, no dia do lançamento do concurso para a prestação do serviço por três anos. "Este reforço irá permitir contratualizar novos serviços, designadamente ferramentas de inteligência artificial, melhorar a infraestrutura tecnológica, desenvolvendo novos serviços e modernizando ao mesmo tempo os canais de interação com o utente", garante os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, entidade que coordena a Linha SNS 24. Questionados pelo **CM** sobre se foi salvaguarda a eficácia da linha 808 24 24 24 na transição do serviço, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde não tiveram possibilidade de responder até ao fecho desta edição. ●

TIAGO SUBTIL DIAS

Covid-19 obrigou ao reforço de 950 para 1400 enfermeiros no atendimento

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CISION

ID: 88356211

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 2,96 x 1,65 cm²
Corte: 2 de 2

PUB

Agriloja

Mais de 20 anos ao seu lado para a vida!

NOVA LOJA EM AVEIRO

QUARTA-FEIRA 02/09/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

RUI PINTO BENEFICIA DE REGIME

JUSTIÇA PROTEGE 17 TESTEMUNHAS DE CRIMES

P.8 E 9

MONDIM DE BASTO

MATA VIZINHO NA CAÇA AO JAVALI

P.14

FALTA DE ÁGUA SITUAÇÃO CRÍTICA A SUL P.24 E 25

ALERTA VERMELHO NAS BARRAGENS DO ALGARVE

ORÇAMENTO DE 2021 SOB PRESSÃO P.6 E 7

ESTADO GASTA MAIS 868 MILHÕES EM SALÁRIOS E REFORMAS

FUNÇÃO PÚBLICA DESPESA DISPARA

PROGRESSÕES na carreira e pensões mais altas carregam nas contas

PJ INVESTIGA INCÊNDIO COM 13 DESALOJADOS

FOGO PROVOCA SUSTO NO CORAÇÃO DE LISBOA

P.17

APOSTA NO ATAQUE P.10 E 11

BENFICA QUER JUNTAR DARWIN E MARIANO

SPORTING P.12

VARANDAS FELIZ COM JOVENS NA SELEÇÃO SUB-21

FC PORTO P.13

ABOUBAKAR ABRE VAGA A TONI MARTÍNEZ

BURACO P.30 E 31

NOVO BANCO COM AUDITORIA SECRETA

VIDAS P.41 A 45

RIVAIS ANTIGO CASAL EM DUELO NA TV

PUB

CAMPO PEQUENO

AMANHÃ

6 CAVALEIROS 6
6 VEIGA TEIXEIRA 6
O TOIRO-TOIRO

RECUSAM AULAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA P.4 E 5

ALUNOS DE MÉRITO AMEAÇADOS DE CHUMBO

ANO ESCOLAR P.19

Professores temem regresso

PANDEMIA P.22

Ministério muda SNS 24

SANTARÉM P.20

Utentes de lar transferidos

PUB

SEL

SABOR 2020

O Sabor do Saber Alentejano

www.sel.pt

A Charcutaria mais Premiada do País

CISION

ID: 88356307

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 28
Cores: Cor
Área: 11,95 x 15,01 cm²
Corte: 1 de 1

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Custos sobem 57 M

PANDEMIA Relatório sobre PPP alerta para o facto de parceiros privados quererem compensações

RAQUEL OLIVEIRA

Os encargos com as parcerias público-privadas rodoviárias subiram 57 milhões de euros no primeiro trimestre do ano, para 415,8 milhões de euros. Um agravamento transversal a todas as parcerias com exceção das da Saúde.

O acréscimo dos custos é explicado, em parte, pelo pagamento de reequilíbrios financeiros das autoestradas Litoral Centro e do Douro Litoral, determinados pelos tribunais, bem como pelo aumento dos encargos disponibilizados às subconcessionárias do Pinhal Interior e Baixo Alentejo.

Já os encargos com as parcerias da saúde ascenderam a cerca de 80,9 milhões de euros, representando uma diminuição de cerca de 30% face ao período homólogo, e as da ferrovia fixaram-se em 11 milhões.

Os valores constam do relatório do primeiro trimestre da Unidade de Acompanhamento de Projetos, que alerta ainda para possíveis efeitos da pandemia nas relações entre o Estado e o setor privado.

De acordo com o relatório, os efeitos da pandemia e as medidas decretadas pelo Governo "têm vindo a ser sinalizadas pelos parceiros privados como tendo impacto na execução dos contratos e como conferindo o direito a compensações ou à reposição do equilíbrio financeiro". ●

ADRIANO MIRANDA

Universo
38
Parcerias Público-privadas (PPP) inseridas em cinco setores de atividade, incluindo a Saúde

CISION

ID: 88355991

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 6
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 1 de 3

CONTAS PÚBLICAS

DADOS | **BASE DO ORÇAMENTO**

O Quadro de Políticas Invariantes tem por base, segundo o Governo, uma lógica de pressões e/ou poupanças, através de acréscimos ou diminuições, no ano de 2021, face ao ano anterior. Estes dados servem de base para a preparação do Orçamento do Estado de cada ano.

IMPACTO ORÇAMENTAL

Salários e reformas disparam 868 milhões

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

PREVISÃO Governo prevê que despesa com ordenados no Estado e pensões tenham um crescimento apreciável em 2021, mesmo sem novos aumentos **GASTOS** Orçamento para o próximo ano já conta com encargos garantidos no montante total de 1,96 mil milhões de euros

António Costa e João Leão (à esq.) já têm a base do Orçamento definida

MARLENE ALVES

Mesmo sem haver novos aumentos dos salários dos funcionários públicos e das pensões de reforma, a despesa com estas duas variáveis vai disparar cerca de 868 milhões de euros, em 2021. O impacto das políticas invariantes, que o Governo enviou ao Parlamento no último dia de agosto, revela que mais de metade desse montante diz respeito a encargos com pensões, no valor de 457,1 milhões de euros. A previsão do Executivo indica que o Orçamento do Estado para 2021 já tem garantido um crescimento total na despesa de cerca de 1,96 mil milhões de euros.

REMUNERAÇÕES CRESCEM DEVIDO A PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

PENSIONISTAS IMPLICAM UMA SUBIDA NOS GASTOS DE 457 MILHÕES DE EUROS

Com um universo de cerca de 700 mil funcionários públicos, a despesa com pessoal no Estado terá um crescimento de 410,8 milhões de euros: deste valor, 231 milhões de euros dizem respeito a progressões e promoções na Função Pública **(ver infografia ao lado)**.

O Governo assumiu o compromisso de dar, em 2021, um aumento salarial de 1% à Função Pública ou igual à taxa de inflação, mas, devido à crise da pandemia da Covid-19, o primeiro-ministro já admitiu que essa promessa poderá não ser cumprida. António Costa referiu que a taxa de inflação está negativa, em 2020.

O aumento das despesas com pessoal, em 2021, "inclui todas as pressões relacionadas com medidas anteriormente aprovadas, designadamente promoções e progressões", segundo o Executivo. Já o crescimento dos encargos com pensões resulta do aumento da pensão média e entrada e saída de pensionistas **(ver texto ao lado)**.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

O número de pensionistas em Portugal supera os dois milhões

Prestação média mais alta agrava custo das pensões

O aumento da pensão média e a entrada e saída de pensionistas vão implicar um aumento dos encargos com pensões de 409,3 milhões de euros. O restante crescimento da despesa resulta da atualização extraordinária das pensões em 47,8 milhões.

CISION

CORREIO da manhã

ID: 88355991

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 2 de 3

REAÇÃO | **FESAP CRITICA GOVERNO**

O secretário-geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP), José Abraão, exigiu ontem ao Governo que "cumpra com as promessas" feitas e aumente os funcionários públicos em "pelo menos 1,1% em 2021". E recordou que o Governo, em 2020, impôs um aumento salarial de 0,3%.

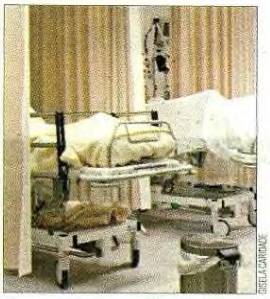
OUTUBRO | **PROPOSTA**

O GOVERNO APRESENTA A PROPOSTA DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021 EM MEADOS DE OUTUBRO, COMO ACONTECE NORMALMENTE. O ORÇAMENTO JÁ ESTÁ A SER PREPARADO.

CRISE | **APROVEITAR FUNDOS EUROPEUS**

Rui Rio defendeu ontem, no Porto, ser necessário aproveitar a ajuda financeira da União Europeia para reconstruir a economia portuguesa e avisou que a responsabilidade das soluções será do Governo. Para o presidente do PSD, a saída da crise causada pela pandemia da Covid-19 irá depender das soluções adotadas por Portugal.

Cuidador informal com subsídio público



As pessoas que cuidam de terceiros, como doentes, vão ter apoios

O apoio financeiro da Segurança Social ao cuidador informal irá custar 30 milhões de euros, em 2021, segundo a previsão do Governo. O Estatuto do Cuidador Informal, pessoa que o Estado reconhece que dá apoio a terceiros, foi aprovado em setembro de 2019, na sequência da criação de projetos-piloto, e terá efeitos adicionais no próximo ano. O cuidador informal tem de cumprir várias condições.

A pandemia da Covid-19 é a principal causa do aumento das despesas na área da saúde

Investimentos e setor da Saúde absorvem mais verbas em 2021

Os investimentos estruturantes e as despesas em consumos intermédios, nos quais estão incluídas as aquisições de bens e serviços para o setor da Saúde, representam 46,5% do valor total dos encargos previstos pelo Governo para 2021, sem haver qualquer novo aumento nessas rubricas. Ou seja, do total de cerca de 1,96 mil milhões de euros em despesas já garantidas para o próximo ano, 910 milhões de euros dizem respeito a investimentos e compras de bens e serviços para a Administração Pública.

No Quadro de Políticas Invariantes enviado à Assembleia da República, o Governo não indica que investimentos estruturantes serão realizados, em 2021, ou se alguns deles estarão já em curso. Na nota explicativa desse documento, o Executivo

910 MILHÕES DE EUROS É O MONTANTE DOS GASTOS PREVISTOS PELO GOVERNO

diz apenas que estão em causa "os investimentos plurianuais estruturantes, em contratação ou em execução, com forte impacto orçamental no ano de 2021, cujo valor total seja superior a 0,01% da despesa das administrações públicas."

No caso dos consumos intermédios, cuja despesa aumentará 320 milhões de euros em 2012, o Executivo sublinha que abrangem gastos relacionados com o setor da Saúde.

DÍVIDA PÚBLICA CUSTA MENOS EM JUROS

O Estado vai pagar menos juros da dívida pública no próximo ano. Segundo as previsões do Governo, em causa está uma redução de 161 milhões de euros.

PPP RODOVIÁRIAS GERAM POUPANÇA

As parcerias público-privadas rodoviárias também vão custar menos aos cofres do Estado. Segundo as estimativas são menos 13 milhões de euros.

POLÍTICAS INVARIANTES: VARIAÇÃO 2021 FACE A 2020

EM MILHÕES DE EUROS 2021

SINAL (+) PRESSÃO ORÇAMENTAL /SINAL (-) POUPANÇA ORÇAMENTAL

IRS Jovem	16,0
Aumento da dedução de IRS a partir do segundo dependente	24,3
Redução das taxas moderadoras no SNS nos cuidados de saúde primários	47,3
Despesas com pessoal	410,8
Progressões e promoções	231,0
Professores e outras carreiras esp. mitigação do congelamento	102,0
Contratações em curso	75,0
Hospital de Braga	2,8
Pensões	457,1
Efeito composição: aumento pensão média e entradas vs saídas de pensionistas	409,3
Atualização extraordinária das pensões em 2020 carry over em 2021	47,8
Complemento Social para Idosos	12,7
Estatuto do cuidador informal	30,0
Redução das mensalidades das creches	13,0
Prestações de Parentalidade e Assistência a 3ª Pessoa	45,0
Reforço do apoio a alunos do ensino superior	45,2
Diminuição do valor propinas - ano letivo 2020/2021	23,2
Alargamento do acesso bolsas ação social	22,0
Obras de Proximidade (PEES)	102,0
Juros devidos pelas Administrações Públicas	-161,0
Consumos intermédios	320,0
PPP rodoviárias	-13,0
Transferência para o Orçamento da União Europeia	17,0
Investimentos estruturantes (a)	590,0
Impacto no saldo	**1956,4**

Agregados com mais de um filho terão desconto total de 24,3 milhões no IRS

Deduções no IRS dão mais dinheiro às famílias

O aumento das deduções no IRS a partir do segundo filho vai ter um impacto orçamental de 24,3 milhões de euros, em 2021.

No Orçamento do Estado deste ano, a dedução à coleta de IRS por dependente passou de 726 euros para 900 euros.

CISION

ID: 88355991

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 16,73 x 15,68 cm²
Corte: 3 de 3

PUB

Agriloja

Mais de 20 anos ao seu lado para a vida!

NOVA LOJA EM AVEIRO

QUARTA-FEIRA 02/09/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

RUI PINTO BENEFICIA DE REGIME

JUSTIÇA PROTEGE 17 TESTEMUNHAS DE CRIMES

P.8 E 9

MONDIM DE BASTO

MATA VIZINHO NA CAÇA AO JAVALI

P.14

FALTA DE ÁGUA SITUAÇÃO CRÍTICA A SUL P.24 E 25

ALERTA VERMELHO NAS BARRAGENS DO ALGARVE

ORÇAMENTO DE 2021 SOB PRESSÃO P.6 E 7

ESTADO GASTA MAIS 868 MILHÕES EM SALÁRIOS E REFORMAS

FUNÇÃO PÚBLICA DESPESA DISPARA

PROGRESSÕES na carreira e pensões mais altas carregam nas contas

PJ INVESTIGA INCÊNDIO COM 13 DESALOJADOS

FOGO PROVOCA SUSTO NO CORAÇÃO DE LISBOA

P.17

APOSTA NO ATAQUE P.10 E 11

BENFICA QUER JUNTAR DARWIN E MARIANO

SPORTING P.12

VARANDAS FELIZ COM JOVENS NA SELEÇÃO SUB-21

FC PORTO P.13

ABOUBAKAR ABRE VAGA A TONI MARTÍNEZ

BURACO P.30 E 31

NOVO BANCO COM AUDITORIA SECRETA

VIDAS P.41 A 45

RIVAIS ANTIGO CASAL EM DUELO NA TV

PUB

CAMPO PEQUENO

AMANHÃ

6 CAVALEIROS 6
6 VEIGA TEIXEIRA 6
O TOIRO-TOIRO

RECUSAM AULAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA P.4 E 5

ALUNOS DE MÉRITO AMEAÇADOS DE CHUMBO

ANO ESCOLAR P.19

Professores temem regresso

PANDEMIA P.22

Ministério muda SNS 24

SANTARÉM P.20

Utentes de lar transferidos

PUB

SEL

SABOR 2020

O Sabor do Saber Alentejano

www.sel.pt
A Charcutaria mais Premiada do País

CISION

ID: 88356444

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 39
Cores: Cor
Área: 20,90 x 20,58 cm²
Corte: 1 de 1

REIVINDICAÇÃO

"Senhora ministra, acorde para a vida!"

QUEIXA Ator Ruy de Carvalho lançou apelo emocionado no protesto 'um drink de copo vazio', em Lisboa **CRISE** Uma centena de profissionais brindou "à ignorância da ministra da Cultura"

MIGUEL AZEVEDO*

"Senhora ministra, que tristeza, acorde para a vida, não esteja morta. Viva!". O apelo emocionado foi lançado por um dos mais respeitados e consagrados atores portugueses, Ruy de Carvalho, ontem, junto ao Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, no âmbito do protesto 'um drink de copo vazio' motivado pela ausência de respostas do Governo ao setor da cultura. "Tudo o que nos rodeia é cultura, portanto temos de ter uma ministra à altura da cultura que nós merecemos, assim não!", referiu ainda o artista, de 93 anos, lembrando que nos 78 anos de carreira como ator nunca teve um responsável pela pasta "tão mau".

PLATAFORMA CONSIDERA QUE PRIMEIRO-MINISTRO ESTÁ MAL INFORMADO

O protesto, organizado pela plataforma cívica Convergência pela Cultura, reuniu cerca de uma centena de profissionais do setor num "brinde à ignorância da ministra" Graça Fonseca. No âmbito da iniciativa, a plataforma apresentou um comunicado público, dirigido ao primeiro-ministro, considerando que António Costa "está muito mal informado em relação à Cultura" e indicando que o maior vazio corresponde à "falta de seriedade, de ética e de transparência" na adoção de medidas apresentadas pelo Governo.

Recorde-se que, há duas semanas, a plataforma Convergência pela Cultura apresentou 10 propostas "que, no conjunto, representam cerca de 30 medidas, com soluções" que acredita poderem "resolver os problemas imediatos dos trabalhadores" do setor "se implementadas". ● *COM LUSA

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

1 Vários profissionais manifestaram-se junto ao Palácio da Ajuda **2 Ruy de Carvalho** compareceu ao protesto

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

CISION

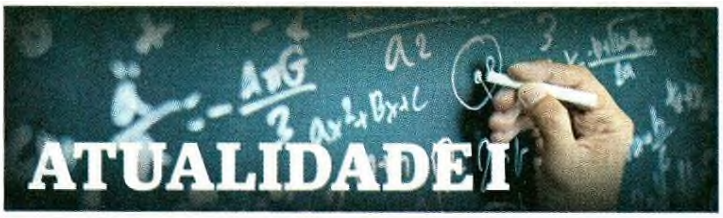
CORREIO da manhã

ID: 88355986

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 1 de 3



POLÉMICA NA ESCOLA

HISTÓRIA | **DOCENTES CONTESTAM**

A ausência de posição por parte da Associação dos Professores de História levou muitos docentes da disciplina a abandonarem a estrutura. Os professores consideram inadmissível que um professor de História seja obrigado a lecionar matérias como sexualidade ou igualdade de género.

EDUCAÇÃO

Artur Mesquita Guimarães luta para que filhos não frequentem disciplina

LUTA Pais mantêm decisão de não deixar os filhos frequentarem a disciplina de Educação para a Cidadania **JUSTIÇA** Dois alunos com mérito escolar podem não passar de ano. Caso está entregue aos tribunais

"Seria uma injustiça reprova

SECUNDINO CUNHA/FÁTIMA VILAÇA

A luta de Artur Mesquita Guimarães pelo direito de decidir que os filhos não frequentem a disciplina de Educação para a Cidadania ganhou um apoio de peso: o manifesto 'Em defesa das Liberdades de Educação', assinado por uma centena de personalidades, como Cavaco Silva, Pedro Passos Coelho ou o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente. O documento pretende que a Assembleia da República obrigue o Ministério da Educação a rever a obrigatoriedade de frequência da disciplina nas escolas.

A menos de duas semanas do início do ano letivo, Tiago e Rafael, de 12 e 14 anos, alunos da EB 2/3 Júlio Brandão, de Vila Nova de Famalicão, ainda não sabem o ano ou turma que vão frequentar.

"Ainda não sei quais são as turmas, do 7º e do 9º ano em que o Tiago e o Rafael vão ficar inseridos. Mas não me passa pela cabeça que dois alunos de mérito sejam colocados noutros níveis de ensino que não aqueles para os quais transitaram segundo as suas competências e aproveitamento", sublinhou Artur Mesquita Guimarães, pai dos dois alunos em causa.

SECRETÁRIO DE ESTADO ASSINOU DESPACHO QUE RETÉM OS DOIS ALUNOS

O processo está nas mãos da Justiça e o pai diz-se "tranquilo". Reforça mesmo que qualquer decisão contrária a esta "seria uma injustiça de bradar aos céus, e um atentado à liberdade e à Constituição estes alunos reprovarem".

O caso remonta ao ano letivo de 2018/2019. Os pais comunicaram, por escrito, à direção da EB 2/3 Júlio Brandão, que os filhos não frequentariam a disciplina que aborda temas como a educação sexual, as questões de género, interculturalidade, entre outras, por entenderem que são temas da competência da família.

"Não endossei à escola essas minhas responsabilidades", frisa o empresário, sublinhando que está "a ser perseguido por cumprir a Constituição Portuguesa, que responsabiliza os pais pela

CISION

CORREIO da manhã

ID: 88355986

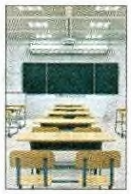
02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 2 de 3

DADO | **DISCIPLINA EXISTE HÁ 2 ANOS**

Entrou de forma silenciosa nas escolas, obrigando à redução de tempos letivos de disciplinas tradicionais como História e Geografia. Ainda hoje não tem programa definido, ficando a escolha das matérias praticamente ao critério do professor. Não existe compêndio, não há testes, mas há avaliação.



DEBATE | **PSD EQUACIONA**

O PSD, ASSIM COMO O CDS, EQUACIONA LEVANTAR ESTE ASSUNTO NA PRÓXIMA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E OBRIGAR AO DEBATE DO CASO.

MANIFESTO | **BRAGA DA CRUZ JUSTIFICA**

Manuel Braga da Cruz, antigo reitor da Universidade Católica, um dos promotores do manifesto, defende que "a liberdade na Educação é uma questão de justiça". Diz que "não foi difícil encontrar uma adesão muito generalizada" a esta iniciativa. "As autoridades governamentais têm de atender à gravidade do que se passa", afirma.

Duas providências cautelares

Após o despacho do Ministério da Educação (ME) a decretar o chumbo dos alunos, os pais intentaram uma providência cautelar, aceite pelo tribunal. A tutela não acatou a decisão judicial e os pais recorreram com nova providência cautelar.

Justiça pode não impedir retenção

É a eterna questão dos tempos da Justiça. Os processos que Artur Guimarães interpôs no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga não devem ser decididos a tempo de impedir a retenção dos dois alunos, Tiago e Rafael, de 12 e 14 anos.

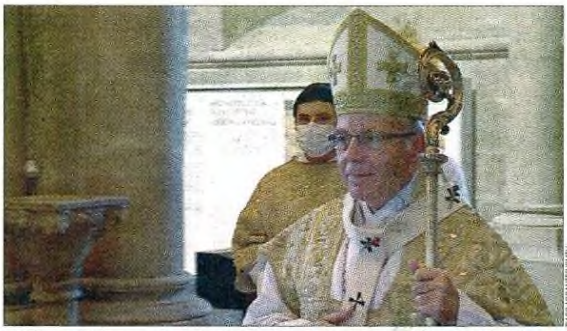
Escola transita e ministério retém

No ano letivo 2018/2019 o Conselho de Turma decidiu que os dois irmãos deveriam transitar de ano. Mas este ano, logo em julho, antes das reuniões de avaliação, o Ministério determinou a retenção.

Fenprof promete analisar o assunto

Afastando-se de "posições assumidas por personalidades como Cavaco Silva ou Passos Coelho", a Fenprof promete analisar "profundamente" este assunto nas reuniões previstas para hoje, amanhã e sexta-feira. "A escola é, em nossa opinião, um espaço de formação para a cidadania, mas teremos de aprofundar", disse ao CM Mário Nogueira.

Mário Nogueira, da Federação Nacional dos Professores



D. Manuel Clemente, cardeal-patriarca de Lisboa, está entre os signatários

Cem personalidades de várias áreas assinam manifesto

O caso dos alunos de Famalicão levou uma centena de personalidades portuguesas, dos mais diversos quadrantes, a assinar um manifesto "em defesa das liberdades de educação".

Entre os signatários estão o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, o antigo Presidente da República Cavaco Silva, o ex-primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, e os socialistas Sérgio Sousa Pinto e António Barreto.

No manifesto, as referidas personalidades (políticos, bispos, professores, médicos e até militares) pedem que seja respeitada a vontade dos pais ou encarregados de educação no que diz respeito à frequência da disciplina de Educação para a Cidadania. Os subscritores dizem que os conteúdos da disciplina "não podem ser impostos à liberdade de consciência".

Governo admite rever obrigatoriedade

O processo na Justiça, interposto por Artur Guimarães, a contestação de centenas de docentes e, agora, o manifesto "em defesa das liberdades de educação", devem levar o Governo a rever a obrigatoriedade da frequência da disciplina de Educação para a Cidadania.

"É natural que, perante todos estes problemas que estão a levantar-se, a Assembleia da República debata o assunto e o próprio Governo o repense", disse ao CM fonte do Grupo Parlamentar Socialista. O manifesto chega em breve ao Parlamento.

Tutela deve rever obrigatoriedade. Tiago B. Rodrigues é ministro da Educação

PORMENORES

Apoio a pais e alunos
Nos últimos tempos têm sido muitas as manifestações de apoio aos pais dos dois alunos que, segundo o Ministério da Educação, não podem transitar de ano por terem faltado à disciplina de Educação para a Cidadania.

Posição irredutível
Mais irredutível do que o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, que mantém a decisão de impedir que os dois alunos passem de ano, tem sido o secretário de Estado Adjunto e da Educação, João Costa.

Escola no estrangeiro
Artur Mesquita Guimarães não aceita a retenção dos filhos, alegando que se tem limitado a cumprir a Constituição. E admite, numa situação extrema, colocar os filhos, alunos de mérito, a estudar no estrangeiro.

rem"

educação dos filhos". O manifesto, que chegará em breve ao Parlamento, teve por base este caso dos dois alunos de Famalicão que, por não frequentarem Educação para a Cidadania, ainda não transitaram de ano, e pede que a disciplina seja opcional. O despacho que retém os alunos foi assinado pelo secretário de Estado da Educação, João Costa.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

NOTA EDITORIAL

O valor da liberdade

Duas crianças, de 12 e 14 anos, estão em risco de voltar atrás no seu percurso escolar porque os seus pais recusaram a frequência de uma disciplina que faz parte do currículo, a chamada Educação para a Cidadania e Desenvolvimento.

A decisão dos pais pode ser discutível, mas é corajosa e merece respeito. A matéria desta nova disciplina é díspar (desde igualdade do género, sexualidade a atualidade mediática) e cheia de boas intenções, porém não deixa de ser propaganda ideológica. É irónico que o mesmo Estado que deixa ao critério dos pais a vacina contra o sarampo, imponha a vacina ideológica na escola.

Os dois irmãos foram aprovados pelos conselhos de turma, mas a decisão foi alterada porque alguém entendeu que a não retenção dos alunos violava a lei. Os pais foram obrigados a recorrer para a Justiça. A providência cautelar aceite pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga suspendeu essa decisão bárbara. A constituição diz que o "Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas".

Mas os próceres do Ministério da Educação devem andar muito ocupados e provavelmente não tiveram tempo para ler a lei básica da República. Talvez precisem de um curso avançado de Educação Cívica para aprender a respeitar o valor fundamental da liberdade.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRETOR-GERAL EDITORIAL ADJUNTO

CISION

ID: 88355986

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 10,42 x 6,37 cm²
Corte: 3 de 3

PUB

Agriloja

Mais de 20 anos ao seu lado para a vida!

NOVA LOJA EM AVEIRO

QUARTA-FEIRA 02/09/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

RUI PINTO BENEFICIA DE REGIME

JUSTIÇA PROTEGE 17 TESTEMUNHAS DE CRIMES

P.8 E 9

MONDIM DE BASTO

MATA VIZINHO NA CAÇA AO JAVALI

P.14

FALTA DE ÁGUA SITUAÇÃO CRÍTICA A SUL P.24 E 25

ALERTA VERMELHO NAS BARRAGENS DO ALGARVE

ORÇAMENTO DE 2021 SOB PRESSÃO P.6 E 7

ESTADO GASTA MAIS 868 MILHÕES EM SALÁRIOS E REFORMAS

FUNÇÃO PÚBLICA DESPESA DISPARA

PROGRESSÕES na carreira e pensões mais altas carregam nas contas

PJ INVESTIGA INCÊNDIO COM 13 DESALOJADOS

FOGO PROVOCA SUSTO NO CORAÇÃO DE LISBOA

P.17

APOSTA NO ATAQUE P.10 E 11

BENFICA QUER JUNTAR DARWIN E MARIANO

SPORTING P.12

VARANDAS FELIZ COM JOVENS NA SELEÇÃO SUB-21

FC PORTO P.13

ABOUBAKAR ABRE VAGA A TONI MARTÍNEZ

BURACO P.30 E 31

NOVO BANCO COM AUDITORIA SECRETA

VIDAS P.41 A 45

RIVAIS ANTIGO CASAL EM DUELO NA TV

PUB

CAMPO PEQUENO

AMANHÃ

6 CAVALEIROS 6
6 VEIGA TEIXEIRA 6
O TOIRO-TOIRO

RECUSAM AULAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA P.4 E 5

ALUNOS DE MÉRITO AMEAÇADOS DE CHUMBO

ANO ESCOLAR P.19

Professores temem regresso

PANDEMIA P.22

Ministério muda SNS 24

SANTARÉM P.20

Utentes de lar transferidos

PUB

SEL

SABOR 2020

O Sabor do Saber Alentejano

www.sel.pt
A Charcutaria mais Premiada do País

CISION

CORREIO da manhã

ID: 88356324

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 29
Cores: Cor
Área: 20,98 x 28,34 cm²
Corte: 1 de 1

DADOS DO BANCO DE PORTUGAL

Dívida pública atingiu novo recorde em julho

VALOR Mais 4,9 mil milhões de euros face ao mês precedente **RAZÃO** Emissões de 4,6 mil milhões, o equivalente ao custo de cinco pontes Vasco da Gama, ajudam a explicar a subida que foi registada

JOÃO MALTEZ

A dívida pública portuguesa atingiu um novo valor recorde, de 264,7 mil milhões de euros, ao subir em julho 4,9 mil milhões – o equivalente ao custo de cinco pontes Vasco da Gama. O anterior máximo foi fixado em maio deste ano, quando o valor de dívida acumulada atingiu cerca de 264,4 mil milhões de euros, segundo informação disponibilizada pelo Banco de Portugal.

Para este aumento contribuíram, essencialmente, as emissões efetuadas em julho pelo IGCP, agência que gere a dívida pública, no montante de 4,6 mil milhões de euros, explica o regulador do sistema financeiro.

DÍVIDA DO ESTADO PODERÁ SUBIR NO FINAL DESTE ANO ATÉ 134,4% DO PIB

No segundo trimestre de 2020, período em que a economia portuguesa sofreu um trambolhão de 16,3%, tal como o **CM** noticiou ontem, a dívida pública tinha subido para cerca de 127% do Produto Interno Bruto, ou seja, ultrapassava em 27% a riqueza total criada no País. Isto, depois de ter baixado para 117,7% no final do ano passado.

Com a crise causada pela pandemia a obrigar a gastos reforçados do Estado, a tendência será para o agravamento destes números. As estimativas do Governo apontavam para uma redução de 7% da riqueza criada ao longo do ano no País, mas segundo o Banco de Portugal poderá, num cenário extremo, chegar a 13,1%. No final de 2020, o Executivo espera que a dívida suba até aos 134,4% do PIB.

Finanças, tuteladas por João Leão, preveem dívida de 134,4% do PIB este ano

Estimativas piores chegam lá de fora

Sobre a dívida pública portuguesa, a Comissão Europeia estima que chegue este ano aos 131,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Num cenário mais pessimista, com uma segunda vaga de infeções pela Covid-19, a OCDE espera uma subida deste rácio para 139,9% em 2020 e 137,9% em 2021; ou para 135,9% do PIB em 2020 e 131,4% em 2021, sem segunda vaga. Já o FMI antevê que a dívida do Estado chegue a 135% do total da riqueza anual criada no País.

GETTY IMAGES/ISTOCKPHOTO

Previsão de Bruxelas mais otimista

CISION

ID: 88356106

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 18,63 x 29,54 cm²
Corte: 1 de 1

Orçamento do Estado para 2021 terá de incluir quase dois mil milhões de euros em despesa

PATRÍCIA DE MELO MOREIRA

Dívida pública.
Valor ultrapassa os 264 mil milhões de euros em julho

Banco de Portugal diz que "para este aumento contribuíram essencialmente as emissões de títulos de dívida". Governo avança que despesa do próximo Orçamento vai aumentar.

DANIELA SOARES FERREIRA
daniela.ferreira@ionline.pt

A dívida pública na ótica que interessa a Bruxelas – a de Maastricht – voltou a subir no mês de julho, registando um aumento de 4911 milhões de euros, para os 264 665 milhões de euros. Os dados foram avançados esta terça-feira pelo Banco de Portugal (BdP) e este valor é o mais elevado de sempre do *stock* do endividamento público.

Segundo o Banco de Portugal, "para este aumento contribuíram essencialmente as emissões de títulos de dívida no valor de 4,6 mil milhões de euros", com destaque para "uma emissão sindicada de uma obrigação do Tesouro realizada pela República Portuguesa de 4 mil milhões de euros".

Os dados da instituição liderada por Mário Centeno revelam ainda que os ativos em depósitos das administrações públicas registaram um crescimento de 2,4 mil milhões de euros. "Assim, a dívida pública líquida de depósitos aumentou 2,5 mil milhões de euros em relação ao mês anterior, totalizando 245,4 mil milhões de euros", diz o BdP.

Recorde-se que, em junho, a dívida pública chegou aos 259,8 mil milhões de euros, um valor inferior em 4,6 mil milhões de euros face ao mês anterior.

Nesse mês tinham sido as amortizações de títulos no valor de 4,4 mil milhões de euros a contribuir para o valor que tinha diminuído depois de ter sido atingido um novo recorde no mês de maio.

No final do ano passado, o rácio da dívida pública estava nos 117,7% do produto interno bruto (PIB). Nesse seguimento, as últimas previsões do Governo para este ano são 134,4% do PIB, tendo em conta os efeitos da pandemia do novo coronavírus na economia portuguesa.

MAIS 1956,4 MILHÕES DE EUROS DE DESPESA Na passada segunda-feira, o Ministério das Finanças enviou para a Assembleia da República as contas para o Orçamento do Estado (OE) do próximo ano, que terá de acomodar, pelo menos, mais 1956,4 milhões de euros de despesa. No entanto, este valor não conta com as novas medidas de política com o combate à pandemia de covid-19 nem com aumento de gastos. "No final é apresentado um impacto total de agravamento do saldo orçamental em 2021 superior a 1950 milhões de euros, que implica, em termos globais, um aumento da despesa no próximo ano de cerca de 2,1% em comparação com 2020, exclusivamente por via destas medidas e tendências estruturais de aumento de despesa", diz o documento.

Segundo o documento para o próximo ano – Quadro de Políticas Invariantes –, que tem como objetivo mostrar as despesas com que será necessário contar, a que tem um peso maior são os "investimentos estruturantes" da administração central, com 590 milhões de euros.

Mas há outras despesas no quadro: as pensões contam com mais 457,1 milhões de euros para os gastos e as despesas com pessoal somam outros 410,8 milhões de euros.

Reduções nas mensalidades das creches, complemento social para idosos, aumento da dedução do IRS e consumos intermédios são outras despesas que fazem parte da lista do gabinete de João Leão.

Orçamento

"Não vamos ter crise política"

TENSÃO É NORMAL

O Presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, está convencido de que "não vamos ter crise política". No seu comentário semanal na *TVI*, o autarca e dirigente socialista alertou que "os portugueses nunca entenderiam uma crise política". Fernando Medina considerou que a tensão entre o Governo e os partidos de esquerda é "normal" e não impede um acordo para que o Orçamento para o próximo ano seja aprovado.

NÃO VAI HAVER DINHEIRO PARA TUDO

Medina elogiou António Costa por ter "clarificado" que só está disponível para acordos com os partidos de esquerda. Para o autarca de Lisboa, a solução para a crise económica e social não passa pela "receita" da austeridade, mas "não vai haver dinheiro para tudo".

ULTIMATO

António Costa garantiu no sábado, numa entrevista ao *Expresso*, que só está disponível para negociar com a esquerda e avisou que, sem acordo, a única solução é antecipar as eleições legislativas. O primeiro-ministro garantiu, porém, na convenção do PS, dois dias depois de a entrevista ser publicada, que não pretendia fazer nenhum "ultimato" aos partidos de esquerda e que existem condições para aprovar o Orçamento do Estado para 2021.

CISION

ID: 88355999

Jornal de Notícias

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 44
Cores: Cor
Área: 5,93 x 9,57 cm²
Corte: 1 de 1

Estratégia para o país recebeu mais de 1100 contributos

CIDADANIA O documento "Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020/2030", do gestor António Costa Silva, recebeu 1153 contributos no período de discussão pública, que terminou no dia 21. O secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Tiago Antunes, salienta a "elevada participação, quer de instituições quer de cidadãos anónimos". "Chegaram muitas propostas interessantes que estão agora a ser analisadas e levadas em consideração" pelo professor universitário, conclui.

CISION

ID: 88355605

Jornal de Notícias

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 12
Cores: Cor
Área: 19,07 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Dois mil milhões já estão comprometidos para 2021

É a primeira linha traçada pelo Governo para delimitar propostas da Esquerda para o Orçamento. Sem contar com as despesas com a covid-19

MANUEL DE ALMEIDA/EPA

Ministro das Finanças, João Leão, entregou ao Parlamento, pela primeira vez, um guião para o OE/2021

Paulo Ribeiro Pinto
paulo.pinto@dinheirovivo.pt

ORÇAMENTO As medidas que já estão em vigor e que se arrastam para 2021 vão ter um impacto nas contas públicas de 1950 milhões de euros. E neste cálculo não estão incluídas medidas relacionadas com a pandemia, a subida dos gastos com subsídios de desemprego ou a descida de receitas fiscais e de contribuições para a Segurança Social devido à recessão.

Os cerca de dois mil milhões rondarão 1% do Produto Interno Bruto (PIB) esperado para 2021, segundo as previsões da Comissão Europeia que constam da base de dados Ameco. O PIB nominal projetado para o próximo ano é de 214,9 mil milhões de euros.

É um sinal do ministro das Finanças aos partidos da Esquerda (e da Direita) que, por tradição, têm apresentado propostas que fazem subir a despesa do Estado. Num exercício inédito, a equipa de João Leão enviou ao Parlamento um documento que define o ponto de partida para as negociações do Orçamento do Estado para 2021 (OE2021). Ou seja, antes de qualquer iniciativa, os partidos têm de contar com o impacto de medidas que vêm do passado, mas que continuam a pesar, acrescendo ao valor de 2020. Esta obrigação decorre da nova Lei de Enquadramento Orçamental que determina o envio do quadro para o Parlamento até ao dia 31 de agosto.

Em causa estão 21 medidas como o IRS jovem (com um custo adicional de 16 milhões de euros), a redução das taxas moderadoras nos centros de saúde (47,3 milhões) ou o aumento da dedução de IRS a partir do segundo filho (impacto de 24,3 milhões de euros, igual a este ano).

MEDIDAS

Mais para o pessoal
A lista da despesa com o pessoal da administração pública terá um acréscimo de quase 411 milhões de euros, divididos por quatro rubricas: progressões e promoções (231 milhões de euros); efeito de mitigação do congelamento de professores e outras carreiras especiais (102 milhões); contratações em curso (75 milhões); e passagem para a esfera pública da gestão do Hospital de Braga (2,8 milhões).

Sem covid-19
O documento exclui medidas de caráter temporário e extraordinário e medidas implementadas ou a implementar no âmbito da pandemia de covid-19.

IRS não baixa
A informação que chegou ao Parlamento exclui a redução do IRS para as famílias previsto desde o Programa de Estabilidade e Crescimento 2019-2023, ainda assinado por Mário Centeno.

OS MAIORES PESOS

De acordo com o Ministério das Finanças, a medida com maior impacto diz respeito aos "investimentos estruturantes", com um envelope de 590 milhões de euros, praticamente um terço do impacto total estimado, superior a 1950 milhões de euros. Nesta verba cabem "os investimentos plurianuais estruturantes cujo valor, em contratação ou em execução, seja superior a 0,01% da despesa das administrações públicas" e não inclui as empresas públicas, indica o documento.

As pensões representam a segunda maior fatia com um montante de 457,1 milhões de euros que "reflete, essencialmente, o efeito composição na Segurança Social e na Caixa Geral de Aposentações, determinado pelo aumento da pensão média das novas entradas de pensionistas face às saídas.

CISION

ID: 88355902

Jornal de Notícias

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 32
Cores: Cor
Área: 5,34 x 8,14 cm²
Corte: 1 de 1

Ruy de Carvalho juntou-se ao protesto contra o Governo

MANIFESTAÇÃO O ator Ruy de Carvalho juntou-se ontem aos cerca de cem agentes culturais que se concentraram em frente ao Palácio da Ajuda, em Lisboa, para protestar contra a falta de respostas do Governo e para fazer um "brinde à ignorância da ministra" da Cultura. Organizada pela plataforma Convergência pela Cultura, a iniciativa ergueu a faixa com a frase: "No culture, no future".

CISION

Jornal de Notícias

ID: 88355574

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 3

PRIMEIRO PLANO

Aumenta a pressão para investigar perdas no Novo Banco

Partidos unidos para forçar apuramento de eventuais prejuízos para o Estado

Instituição já precisou de 11 200 milhões de euros, mais de metade saíram do Estado

Elisabete Tavares
elisabete.tavares@dinheirovivo.pt

BANCA Seis anos e mais de 11 200 milhões de euros depois, os partidos estão unidos na exigência de que seja feita uma investigação parlamentar ao Novo Banco (NB). A divulgação do relatório da auditoria externa está para breve mas já se sabe que encontrou perdas líquidas de 4042 milhões de euros no banco que foi criado em 2014 para ficar supostamente com os ativos não tóxicos do Banco Espírito Santo (BES). Agora, a auditoria externa conduzida pela Deloitte, indica, segundo o Governo, "um conjunto de insuficiências e deficiências graves" até 2014 e remeteu-a à Procuradoria-Geral da República.

Junto dos partidos subsistem dúvidas sobre se a venda de ativos por parte do NB foi feita de forma que pode ter sido lesiva para o Estado. Um dos negócios que têm suscitado mais questões foi a venda da seguradora GNB Vida pelo NB a fundos da Apax, alegadamente por um valor muito inferior ao do mercado. E a compra terá sido financiada com crédito do próprio banco.

POLÍTICOS APERTAM O CERCO

O relatório de auditoria foi remetido pelo Governo ao Parlamento com caráter confidencial, estando os serviços a avaliar as partes abrangidas por segredo (sigilo bancário). Os deputados vão ter acesso integral através de um software próprio.

O Bloco de Esquerda pediu a divulgação do relatório na íntegra, alegando que não há partes confidenciais. Por outro lado, quer saber se a dona do banco está a enganar o Estado português. "Interessa-nos agora perceber se a Lone Star está a enganar o Estado português e essa é a pergunta que nós queremos encontrar resposta na auditoria. Não encontramos na primeira leitura, vamos aprofundar essa leitura porque a auditoria tem de cumprir esse objetivo que é proteger os interesses dos portugueses", disse ontem Mariana Mortágua, deputada do BE, em declarações aos jornalistas. O PSD insiste numa investigação do Ministério Público. O CDS quer mais audições parlamentares (ler texto ao lado).

Desde que foi criado, o Estado já desembolsou 6030 milhões de euros para capitalizar o banco, dos quais 3900 milhões de euros foram injetados aquando da sua constituição. O acordo de venda de 75% do banco à Lone Star, em2017, prendeu o Estado a ter de desembolsar até 3890 milhões de euros para compensar perdas eventuais no NB, através de empréstimos ao Fundo de Resolução, que se encontra na esfera pública. Deste total, só falta o Estado injetar 1000 milhões, o que deverá acontecer em 2021. Ao todo, cada português terá emprestado 700 euros ao NB.

O ACORDO DA POLÉMICA

O negócio feito com a norte-americana permite ao banco ser compensado com capital para cobrir perdas com créditos e venda de ativos. Mas há dúvidas sobre se esse acordo não tem incentivado o banco a desfazer-se de ativos a qualquer preço porque sabe que será ressarcido. Para a Lone Star, o acordo permite "limpar" o balanço do banco para posteriormente o poder, se quiser, colocar à venda.

O auditoria externa incidiu sobre os atos de gestão no BES e no NB, entre 1 de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2018. Incluiu a análise de "283 operações que integram o objeto da auditoria, abrangendo, portanto, quer o período de atividade do BES, quer o período de atividade do Novo Banco". Estas operações geraram perdas de 4042 milhões de euros para o NB entre o dia a seguir à resolução do BES (4 de agosto de 2014) e o final de 2018.

O Ministério das Finanças referiu que remeteu o relatório à Assembleia da República, ao Banco Central Europeu, ao Banco de Portugal, ao Fundo de Resolução, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e à PGR. ●

Desde 2014, mais de metade do capital injetado no NB veio do Estado, ou seja, cada

REAÇÃO

Auditoria confirma que perdas remontam ao BES, alega o Novo Banco

O NB destacou que o relatório "evidencia que as perdas incorridas pelo Novo Banco decorreram fundamentalmente de exposições a ativos que tiveram origem no período de atividade do BES e que foram transferidos para o NB no âmbito da resolução". Num comunicado ontem divulgado, o banco sublinha que o relatório "evidencia a importância dos processos de alienação de ativos para a recuperação do balanço do NB". Destaca ainda que a avaliação confirma "os progressos realizados pelo Novo Banco" nas áreas de controlo interno. ● E.T.

CISION

Jornal de Notícias

ID: 88355574

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 2 de 3

Doença do BES passou para o Novo Banco. Governo PSD/CDS e BdP falharam e têm de ser responsabilizados

João Paulo Correia
Deputado do PS

Suspeito que nós contribuintes e, portanto, o Estado temos pago uma fatura que vai muito para lá daquilo que era justo

Rui Rio
Presidente do PSD

"Quanto mais cedo se avançar com o controlo público, mais cedo se acaba com a gestão danosa, paga por todos os portugueses

Duarte Alves
Deputado do PCP

Temos de acabar com este regime de pôr um carimbo de segredo nos documentos que aqui chegam [à AR]"

Mariana Mortágua
Deputada do BE

É fundamental ouvir Mário Centeno, que foi o ministro das Finanças que vendeu o banco e é agora governador do BdP

Cecília Meireles
Deputada do CDS

"O PAN vai propor, em sede do Orçamento, a renegociação dos acordos de venda e encargos futuros para o erário público"

André Silva
Deputado do PAN

ORLANDO ALMEIDA / GLOBAL IMAGENS

contribuinte já deu cerca de 700 euros à instituição

O que se podia fazer com

11 200

MILHÕES

- Construir 13 pontes Vasco da Gama.
- Investir cerca de sete vezes o que o Estado já gastou na modernização da linha ferroviária do Norte, nas últimas três décadas.
- Pagar ao Estado a totalidade do IVA, IRC e ISV, de janeiro a agosto deste ano.

Comissão de inquérito e mais audições são próximo passo

Maioria apoia investigação parlamentar. PS está aberto à solução mas antes vai avaliar auditoria

PARLAMENTO Os partidos estão a convergir em torno da necessidade de se avançar com uma comissão de inquérito parlamentar ao Novo Banco. Ao JN, o PS manifesta abertura para dar este passo, mas explica que primeiro quer analisar o relatório da auditoria. Por sua vez, o CDS-PP requereu a audição urgente do governador do Banco de Portugal (BdP), Mário Centeno, e do ministro das Finanças, João Leão, para darem explicações sobre as "perdas muito avultadas" do Novo Banco.

"Vamos primeiro estudar em profundidade algumas matérias da auditoria para depois tomar uma posição sobre a criação da comissão de inquérito", explicou ao JN João Paulo Correia, "vice" da bancada do PS e membro da Comissão de Orçamento e Finanças (COF).

Para já, o PS diz que a auditoria mostra "que a doença do BES passou para o Novo Banco, ao contrário do que tinha prometido o Governo PSD/CDS e a anterior administração do BdP".

Em agosto, a maioria das bancadas já abriu a porta a uma comissão de inquérito. E o social-democrata Duarte Pacheco admitiu que dificilmente se evitará. Mas Rui Rio insistiu ontem numa "investigação a sério" do Ministério Público pois as auditorias "valem o que valem".

O líder do PSD quer saber em que condições ocorreram as perdas, e se "está correto" o dinheiro injetado após a resolução. Disse ainda estranhar que se fale mais do BES nesta auditoria.

OUVIDOS JÁ ESTE MÊS

A 15 e 16 deste mês, há audições na COF aos presidentes da Administração do Novo Banco, António Ramalho, e do Fundo de Resolução, Máximo dos Santos. Mas o CDS quer ouvir também Centeno, "vendedor do Novo Banco e agora supervisor", e o atual ministro. Cecília Meireles admitiu depois apoiar uma comissão de inquérito.

André Silva, deputado do PAN, garante que, face à "gravidade dos factos" revelados na auditoria, vai apoiar a criação de uma comissão de inquérito para "apurar todas as responsabilidades", nomeadamente políticas. E pede renegociação dos contratos de venda do Novo Banco ao fundo norte-americano Lone Star. ● CARLA SOARES

Instituição tem estado sob fogo devido a venda de ativos a fundo

Imóveis terão sido alienads a preços abaixo do mercado. Factos no BES já originaram acusação

POLÉMICA O comunicado do Ministério das Finanças sobre o relatório da auditoria ao Novo Banco (NB) aponta baterias sobretudo à gestão, até 2014, do Banco Espírito Santo (BES), mas, no último mês, tem sido a atuação da administração do sucessor a estar sob fogo.

Além da venda da seguradora GNB Vida pelo NB a fundos da Apax por um valor alegadamente inferior ao do mercado, tem sido igualmente alvo de críticas a alienação de 5552 imóveis e 8719 frações a cinco sociedades imobiliárias lisboetas que, segundo o jornal "Público", estarão ligadas a um fundo de investidores anónimos nas ilhas Caimão.

Avaliados em 631 milhões de euros, estes últimos ativos terão sido vendidos, em outubro de 2018, por 364 milhões. E o fundo que os comprou terá usado dinheiro emprestado pelo próprio banco para o fazer. O NB pediu depois, ao abrigo do Fundo de Resolução, para cobrir parte das perdas.

INQUÉRITOS EM CURSO

Com o conteúdo da auditoria ainda sem ter sido tornado público, não é para já certo que qualquer um dos negócios tenha sido abordado. Mais expectável é que, dado o seu período temporal, sejam aflorados factos que, em julho, culminaram na acusação de 25 arguidos ligados ao Grupo Espírito Santo. Entre eles, está Ricardo Salgado, ex-líder do BES. Há ainda outros inquéritos a decorrer. A tutela justifica, de resto, o envio da auditoria à Procuradoria-Geral da República, em parte, com os processos criminais em curso. ● INÊS BANHA

JUSTIÇA

Acusado de 65 crimes

Salgado está acusado, ao todo, de 65 crimes de associação criminosa, corrupção ativa no setor privado e branqueamento, entre outros. Diz-se inocente e atribui a queda do BES à resolução que originou o NB.

Poder político ilibado

O Ministério Público ilibou Cavaco Silva, presidente da República à data da resolução, e outros órgãos da queda do BES. Mas há responsabilidades ainda a ser apuradas, como as relativas ao aumento de capital do banco, em junho de 2014.

CISION

ID: 88355574

Jornal de Notícias

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 4,42 x 10,15 cm²
Corte: 3 de 3

PUBLICIDADE

jn.pt Diário. Ano 133. N.º 93. Preço: 1,20€ Quarta-feira 2 de setembro de 2020 Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN Jornal de Notícias

TROCA DE AVANCADOS NA LUZ: CHEGA DARWIN E SAI VINICIUS

Luís Filipe Vieira diz que crise é boa para caçar talentos P. 39

F. C. Porto
Águia tentou desviar Taremi dando o dobro do salário

Iraniano abordado na véspera de assinar pelos campeões P. 38

Liga Europa
Vikings ou escoceses no caminho do Sporting P. 40

Seleção
Ronaldo à procura do golo 100 no Dragão P. 42

Caso e-Toupeira bloqueado há mais de um ano entre Relação e Supremo

Funcionário judicial e antigo observador de árbitros acusado de corrupção a favor do Benfica

Júlio Loureiro à espera do recurso em que pretende ser afastado do processo Página 15

Aumenta pressão para investigar perdas no Novo Banco

Auditoria dá conta de um buraco de 4042 milhões

BANCA O relatório que investigou 18 anos de gestão do BES/Novo Banco já foi entregue ao Parlamento, mas é confidencial. O Governo remeteu o documento para o Ministério Público. E os partidos já anunciam uma comissão de inquérito. P. 4 e 5

Porto
Junta denuncia secretismo no lar de luxo onde morreram 16 utentes P. 20

Cidadania
Bispos, Passos e Cavaco pelo direito dos pais a escolher P. 11

Mondim
Mata amigo a tiro ao confundi-lo com javali P. 16

TVI Cristina de regresso mas ainda fora do ecrã P. 35

RUI OLIVEIRA/GLOBAL IMAGENS

Hospital de S. João duplica capacidade da Urgência para melhorar segurança

COVID-19
SEIS MESES DEPOIS, O MEDO DA SEGUNDA VAGA

Ministério da Saúde investe na capacidade de testar e no reforço dos cuidados intensivos

Casal de Lousada passou 32 dias de quarentena: "Tão cedo este vírus não se vai embora"

Número de casos ativos está a subir há 17 dias consecutivos P. 6 a 10

PUBLICIDADE

CISION

negocios

ID: 88355587

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 1 de 3

SAÚDE

Só 18% do excesso de mortes de agosto foram por covid-19

A mortalidade em agosto voltou a ser superior ao normal, mas só uma em cada cinco mortes em excesso foi por covid-19. A redução de assistência médica e cuidados sociais é a causa mais provável.

MANUEL ESTEVES
mesteves@negocios.pt

É uma tendência que vem de trás e o mês de agosto não foi exceção. Portugal está a registar um excesso de mortalidade face à média dos últimos anos, mas este não é explicado pela doença covid-19.

De acordo com o sistema de vigilância da mortalidade – gerido pela Direção-Geral de Saúde (DGS) e que reporta os óbitos em tempo real – morreram neste mês de agosto 8.866 pessoas, o que representa um acréscimo de 506 face à média de agosto nos cinco anos anteriores (entre 2015 e 2019). Ora, durante este mês, de acordo com a DGS, morreram por covid 89 pessoas, o equivalente a 18% do acréscimo de óbitos verificado. Ou seja, em cada cinco mortes em excesso, apenas uma ocorreu em pessoas que haviam sido infetadas por covid-19.

Se tomarmos por referência a média de mortes em agosto nos 10 anos anteriores (em vez de cinco), esta percentagem desce para 13%. É que a média de mortes entre 2010 e 2019 é inferior, o que eleva o diferencial registado este ano de 506 para 675, fazendo diminuir o peso da covid-19. Isto é verdade para agosto como para os restantes meses, exceto julho.

Nos primeiros meses da pandemia, o peso da covid-19 no número de mortes em excesso foi alto. Em março, a doença explicou 29% do acréscimo de mortes face à média dos cinco anos anteriores e em abril a percentagem atingiu um máximo de 54%. Depois baixou ligeiramente para 45% em maio, 44% em junho (esta percentagem desceria para 27% se fosse considerada a média dos 10 anos anteriores) e apenas 7% em julho. A fortíssima queda em julho deveu-se a um aumento anormal do número de mortes resultante da onda de calor que já não se repetiu em agosto.

Em termos acumulados, este ano está a ser mais mortífero do que a média. Os dados da DGS mostram que, nos primeiros oito meses do ano, faleceram 79.930 pessoas, o que representa uma subida de 6% face à média registada no período homólogo dos cinco anos anteriores (de 9% se a comparação for com os 10 anos anteriores). Face a 2019, há um aumento de 5%.

Está a morrer-se mais da cura do que da doença?

Os três especialistas ouvidos pelo Negócios admitem que não há respostas simples para um problema complexo, mas todos reconhecem que a redução da assistência médica poderá ser uma das explicações para este fenómeno. No entanto, "sem dados objetivos sobre as causas das mortes é difícil tirar conclusões", avisa Ricardo Mexia, presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública. "Seria preciso saber se foram mortes por doença aguda ou por doença crónica. Sabemos que a codificação e análise das causas de morte é um processo demorado e imagino que a DGS esteja a fazer esse trabalho", afirma.

"Pode ser falta de assistência médica porque as pessoas adiaram procura de cuidados de saúde ou porque as intervenções cirúrgicas e consultas foram adiadas", reconhece Ricardo Mexia, que levanta ainda as hipóteses de haver mortes por covid-19 não identificadas ou mortes provocadas pelo calor. No entanto, estas são "improváveis": porque em princípio as situações complicadas de covid-19 exigem internamento e porque este agosto não foi um mês quente que justificasse um acréscimo significativo de óbitos.

Para António Vaz Carneiro, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, "o que estes dados da mortalidade em agosto mostram é que ainda não se conseguiu regressar à atividade normal em termos de cuidados médicos". "O acréscimo de mortes resulta essencialmente de falta de assistência médica. Por os pacientes não serem assistidos quando vão aos serviços de saúde ou por não procurarem assistência médica", defende, lembrando que este não é um problema exclusivamente nacional e que está a acontecer por todo o mundo.

Na sua opinião, esta é uma consequência natural das escolhas feitas. "Há sempre vários riscos em simultâneo. Se nos con-

A ministra da Saúde, Marta Temido, avisou ontem que "o mais difícil vem ain

> **Sem dados objetivos sobre as causas das mortes é difícil tirar conclusões.**
> **RICARDO MEXIA**
> Presidente da Associação dos Médicos de Saúde Pública

CISION

negócios

ID: 88355587

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 9
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 2 de 3

Miguel A. Lopes/Lusa

da aí".

centramos num único, negligenciamos os outros. Se estamos a tentar reduzir ao máximo os contágios de covid-19, temos de ter em consideração o impacto que isso terá nas outras doenças crónicas", afirma ao Negócios.

Se António Vaz Carneiro até considera natural que tenha havido no início "uma hiper-reatividade ao risco da covid-19, ao fim de um par de meses o exagero já não se justifica".

E o agravamento da mortalidade pode ser duradouro: não só pelo aumento da morbilidade (a falta de assistência atempada conduz ao surgimento de doenças crónicas, por exemplo), mas também pelo crescimento da pobreza. É que a crise económica vai agravar a pobreza e isso tem efeitos imediatos na saúde. "Quem é pobre tem mais doenças e as doenças são mais graves. Só veremos esse impacto dentro de três ou quatro anos."

Uma fronteira difícil de traçar

Embora admita que o aumento da mortalidade se pode dever a falta de assistência médica, Constantino Sakellarides recomenda mais prudência nas conclusões. "Esta é uma fronteira – de saber se a mortalidade aumentou pela doença ou pelas medidas tomadas contra a propagação do vírus – sempre difícil de definir. Não são claras as causas para este aumento da mortalidade. Há sempre um risco de uma subestimação das mortes por covid-19, que não é uma doença respiratória, como se pensava inicialmente, mas sim uma doença sistémica", lembra.

Por outro lado, o ex-diretor-geral de Saúde prefere "não dar excessiva importância às curvas [de mortalidade] no imediato. "Muitas vezes ocorrem fenómenos de antecipação da morte. Uma infeção associada à doença covid-19 ou à não prestação de assistência médica atempada ou estados de depressão podem antecipar mortes que ocorreriam em pouco tempo. Mais à frente, é natural que venha um período compensatório, com uma redução do número de óbitos em virtude dessa prévia antecipação", o que acaba por normalizar os níveis de mortalidade.

Para o também professor da Escola Nacional de Saúde Pública, "o país deu a resposta possível tendo em conta as forças e fraquezas que o SNS já tinha". ■

Há sempre vários riscos em simultâneo. Se vemos um único, negligenciamos os outros.

ANTÓNIO VAZ CARNEIRO
Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

Não são claras as causas para este aumento da mortalidade.

CONSTANTINO SAKELLARIDES
Professor da Escola Nacional de Saúde Pública

3 GRÁFICOS

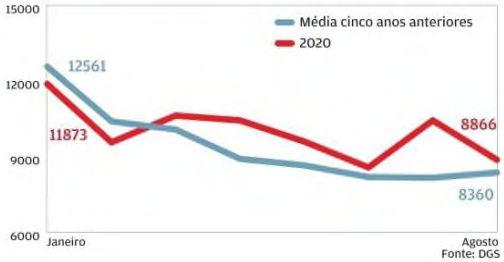
O que nos dizem os números sobre a mortalidade

Este é o ano mais mortífero desde, pelo menos, 2009. A mortalidade tem sido superior à média desde março, mas a maior parte dos óbitos não foi motivada pela covid-19.

MORTALIDADE SUBIU A PARTIR DE MARÇO

Evolução do número global mensal de mortes registadas pela DGS

Com exceção dos dois primeiros meses do ano, 2020 tem sido sempre mais mortífero. A maior diferença registou-se em julho por causa da onda de calor.

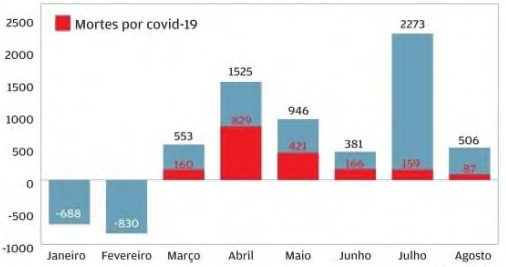


Fonte: DGS

COVID-19 SÓ EXPLICA UMA PARTE

Diferencial total de mortes e mortes por covid ao longo dos meses de 2019

As barras indicam o diferencial total de mortes em cada mês face à média do período homólogo dos cinco anos anteriores. Em cada barra, vê-se também os óbitos que foram atribuídos à covid-19.

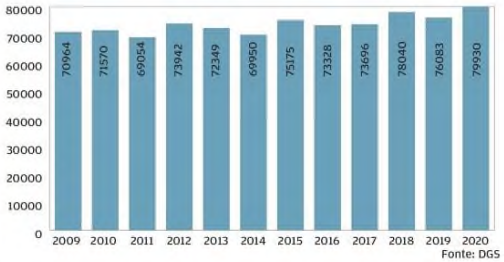


Fonte: DGS.

2020 É O MAIS MORTÍFERO EM 12 ANOS

Evolução do número total de mortes nos primeiros oito meses do ano

Como se vê, os primeiros oito meses do ano foram os mais mortíferos desde, pelo menos, 2009, mostram os dados disponíveis da Direção-Geral da Saúde.



Fonte: DGS

CISION

negocios

ID: 88355587

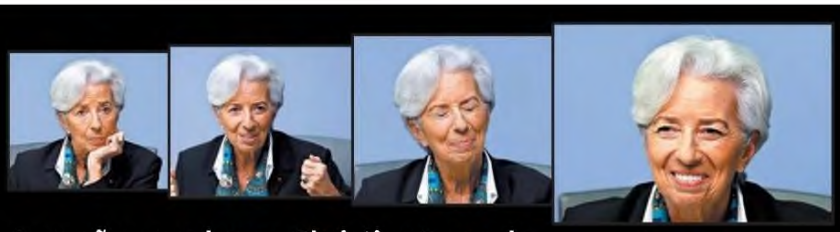
02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 9,91 x 4,13 cm²
Corte: 3 de 3

#3 OS MAIS PODEROSOS 2020

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



As razões que levam Christine Lagarde a ocupar o terceiro lugar desta lista

#3

negocios

negocios.pt

Quarta-feira, 2 de setembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4320 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Portugal tem melhores elites do que França ou Espanha

Estudo coloca as elites portuguesas em 14.º lugar entre 32 países | **Singapura** ocupa a primeira posição do ranking global | **Resultado** "é interessante", diz Cláudia Ribeiro, responsável pela avaliação nacional

ECONOMIA 10 e 11

Mais de 90% dos ativos tóxicos do Novo Banco são herdados do BES

Saiba o que vai acontecer agora à auditoria realizada pela Deloitte.

EMPRESAS 14, 15 e EDITORIAL

António Ramalho, CEO do Novo Banco, tem estado sob fogo cruzado.

Raquel Wise

Só 18% do excesso de mortes em agosto foram por covid-19

ECONOMIA 8 e 9

Duelo ibérico pela construção do novo hospital de Lisboa

EMPRESAS 16

Salário mínimo

UGT não aceita menos de 35 euros de aumento

HOMEPAGE 2

Dívida

Argentina sai da bancarrota pela nona vez

MERCADOS 24

Sustentabilidade

A fraqueza das cotadas está no "board"

ESPECIAL 20 e 21

CISION

negócios

ID: 88355611

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 12
Cores: Cor
Área: 21,79 x 31,67 cm²
Corte: 1 de 1

ORÇAMENTO

OE 2021 já terá de pagar quase 2 mil milhões a mais

O Governo enviou um quadro com o impacto das medidas que já estão em vigor e que vão pesar nas contas do próximo ano. Aqui falta somar os efeitos da crise e todas as novas medidas que venham a ser adotadas.

MARGARIDA PEIXOTO
margaridapeixoto@negocios.pt

Miguel Baltazar

Para o governo, estas contas devem ser o ponto de partida da discussão do Orçamento do Estado para 2021.

O Orçamento do Estado para 2021 terá de acomodar, pelo menos, mais 1.956,4 milhões de euros de despesa. Isto sem contar com novas medidas de política, com a resposta à crise da covid-19, nem com o aumento de gastos previsível com, por exemplo, subsídio de desemprego por causa da recessão. As contas foram feitas pelo Ministério das Finanças e enviadas ao final do dia de segunda-feira para a Assembleia da República.

O Quadro de Políticas Invariantes para o próximo ano é uma novidade introduzida pelo ministro das Finanças, João Leão. Com este documento, o Governo pretende mostrar, logo no arranque da preparação do Orçamento do Estado, qual é a despesa adicional com que já será preciso contar, devido a decisões tomadas no passado. Ou seja, aqui constam os impactos de medidas já adotadas e aprovadas, mas que voltam a somar à despesa de 2021, quando comparada com a deste ano.

De todas as medidas discriminadas, a mais pesada nas contas do Executivo são os "investimentos estruturantes" da administração central, que responde por mais 590 milhões de euros na despesa. Esta verba contabiliza "os investimentos plurianuais estruturantes cujo valor, em contratação ou em execução, seja superior a 0,01% da despesa das Administrações Públicas" e não inclui os que dizem respeito a empresas públicas que não contam para o défice, explica o documento.

As pensões somam mais 457,1 milhões de euros aos gastos. A maior parte deste acréscimo (409,3 milhões de euros) justifica-se pelo efeito dinâmico de composição do grupo dos pensionistas: por um lado entram pensionistas novos que fazem subir o valor da pensão média, por outro saem pensionistas antigos. A atualização extraordinária de pensões decidida este ano a partir de maio tem um impacto de 47,8 milhões de euros em 2021.

2,1%

DESPESA

Este é o aumento da despesa que o Governo identifica, sem contar com medidas novas, com a crise ou covid-19.

As despesas com pessoal acrescentam outros 410,8 milhões de euros. Só as progressões e promoções, por exemplo, valem 231 milhões de euros; já a mitigação do congelamento de carreiros nos professores e outras carreiras especiais custam mais 102 milhões de euros.

Nos consumos intermédios o Governo contabiliza um acréscimo de 320 milhões de euros nos gastos, mas não especifica muito mais: refere que são gastos estruturais "relacionados com a saúde" e despesa operacional de "diversas entidades". Somam-se ainda outras medidas de menor impacto, como por exemplo a redução das taxas moderadoras no SNS nos cuidados de saúde primários (47,3 milhões de euros) ou obras de proximidade, de cerca de 100 milhões de euros.

Há apenas duas medidas que o Governo identifica como tendo um impacto de redução da despesa: os juros, onde o Executivo estima uma poupança de 161 milhões de euros, e as parcerias público-privadas rodoviárias, no valor de 13 milhões de euros.

Contas feitas, a tabela representa um aumento de 2,1% da despesa no próximo ano, assegura o documento. Depois, haverá que somar o impacto de todas as novas medidas que venham a ser adotadas – designadamente, na sequência das negociações políticas – as medidas decididas no âmbito da covid-19 e os efeitos da recessão nos estabilizadores automáticos, como a subida dos custos com o desemprego ou a redução da receita de impostos, pela quebra de atividade económica. ■

CISION

negocios

ID: 88355628

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 16
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 1 de 2

CONSTRUÇÃO

Duelo ibérico pela obra do novo hospital de Lisboa

Os consórcios da Mota-Engil e da Sacyr foram selecionados para passar à fase de negociação do concurso para a construção do Hospital Lisboa Oriental. A construtora espanhola tem o melhor preço, enquanto a portuguesa lidera na qualidade técnica.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

Rodrigo Antunes/Lusa

O Ministério da Saúde, liderado por Marta Temido, tem recusado que haja atrasos no concurso.

Os consórcios da portuguesa Mota-Engil e do grupo espanhol Sacyr foram selecionados pelo júri para passarem à fase de negociação no concurso para a construção do futuro Hospital de Lisboa Oriental, sabe o Negócios.

Até 23 de setembro decorre ainda o prazo para os dois agrupamento excluídos - da Acciona e da Teixeira Duarte - poderem contestar essa decisão mas, de acordo com o relatório preliminar de análise e avaliação das propostas, o agrupamento da Sacyr, de que faz também parte a Aberdeen Infrastructure, apresentou a oferta economicamente mais vantajosa, enquanto o da Mota-Engil, que integra a InfraRed Capital Partners, foi o melhor classificado na qualidade técnica. De acordo com as regras do concurso, nos critérios de adjudicação o fator preço pesa 40% e a qualidade técnica 60%.

Só depois de decorrido o prazo para contestação, no final deste mês, é que o júri formalizará a decisão, o que, confirmando-se a seleção daqueles dois consórcios, serão então chamados à segunda fase, que dará lugar a uma "best and final offer", em que da renegociação pode resultar uma descida dos preços.

Ganhos para o Estado

As propostas a este concurso foram entregues a 31 de janeiro de 2019, tendo o projeto inicialmente atraído um total de oito consórcios, alguns dos quais acabaram por sair do processo, como foi o caso da Ferrovial.

Neste concurso lançado pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a proposta apresentada pelo grupo Sacyr foi de cerca de 293,8 milhões de euros, enquanto a Mota-Engil avançou com um valor de quase 333 milhões - montantes que podem ser reduzidos na sequência das negociações -, sendo ambos abaixo da remuneração base que foi fixada em cerca de 334,5 milhões. Desta forma, o júri considerou que ambas, em caso de decisão de adjudicação, apresentam nesta parceria público-privada (PPP) o maior valor acrescentado para o erário público comparativamente a outros modelos, designadamente o recurso à contratação tradicional de empreitada de obra pública.

Já quando à avaliação do fator da qualidade técnica, o agrupamento da Mota-Engil obteve uma classificação de 68,2% e a Sacyr de 48,9%. A Acciona, que o júri propõe excluir, obteve 47,4%.

Obra de três anos

Dezassete meses depois da data em que foram entregues as propostas ao concurso público para a formação do contrato de gestão relativo ao Hospital de Lisboa Oriental, as expectativas do mercado são agora de que a adjudicação possa acontecer até ao final deste ano.

O contrato desta PPP é de 30 anos, dos quais três para a construção e 27 para a operação e manutenção da infraestrutura. Desta forma, é esperado que o projeto seja executado entre os anos de 2021 e 2023, podendo envolver cerca de 600 trabalhadores.

A futura unidade hospitalar da capital contará com 875 camas e permitirá, segundo foi já anunciado, um aumento de produção de pelo menos 25% em relação ao que atualmente fazem as seis unidades de saúde que vão ser substituídas (S. José, Curry Cabral, Maternidade Alfredo da Costa, Estefânia, Santa Marta e Capuchos). Estima-se ainda que gere poupanças de 70 milhões de euros por ano pela centralização de serviços numa única unidade.

A construção deste hospital, considerado prioritário, tem conhecido avanços e recuos. O primeiro concurso foi lançado em 2008 pelo Governo de José Sócrates, tendo na altura a proposta do agrupamento da Soares da Costa sido classificada em primeiro lugar. No entanto, o concurso acabou por ser anulado, tendo o projeto já na altura da "troika", era Passos Coelho o primeiro-ministro, sido a única PPP a obter luz verde para avançar. ■

Novos hospitais

Além de grandes obras na ferrovia e nos metros de Lisboa e Porto, também na saúde têm sido lançados concursos públicos para novas unidades. Foi o caso do Hospital de Évora, em que apenas o grupo espanhol Acciona apresentou uma proposta que encaixasse no valor base, de 148,9 milhões de euros. Já no procedimento para o hospital do Funchal, com um valor de 352 milhões de euros, chegaram a ser qualificados sete agrupamentos - a Acciona foi excluída na fase de pré-qualificação -, mas o concurso acabou por ficar deserto e terá de ser relançado com um preço base superior. Estão ainda previstos novos hospitais como os de Sintra e do Seixal.

334,5

CONCURSO
O valor base do concurso era de 334,5 milhões de euros, tendo a Sacyr e a Mota-Engil propostos valores abaixo.

60

QUALIDADE TÉCNICA
O fator qualidade técnica pesa 60% nos critérios de adjudicação, cabendo os restantes 40% ao fator preço, que pode ainda ser revisto.

CISION

negocios

ID: 88355628

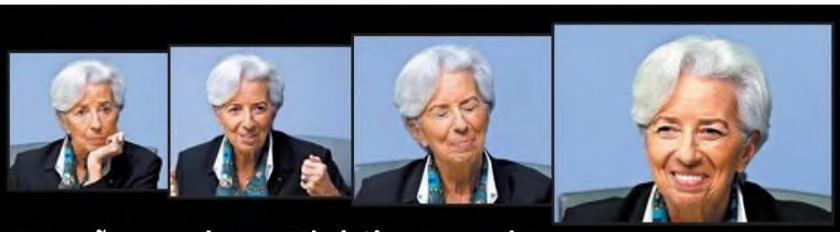
02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 9,27 x 4,07 cm²
Corte: 2 de 2

#3 OS MAIS PODEROSOS 2020

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



As razões que levam Christine Lagarde a ocupar o terceiro lugar desta lista

#3

negocios

negocios.pt

Quarta-feira, 2 de setembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4320 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Portugal tem melhores elites do que França ou Espanha

Estudo coloca as elites portuguesas em 14.º lugar entre 32 países | **Singapura** ocupa a primeira posição do ranking global | **Resultado** "é interessante", diz Cláudia Ribeiro, responsável pela avaliação nacional

ECONOMIA 10 e 11

Mais de 90% dos ativos tóxicos do Novo Banco são herdados do BES

Saiba o que vai acontecer agora à auditoria realizada pela Deloitte.

EMPRESAS 14, 15 e EDITORIAL

António Ramalho, CEO do Novo Banco, tem estado sob fogo cruzado.

Raquel Wise

Só 18% do excesso de mortes em agosto foram por covid-19

ECONOMIA 8 e 9

Duelo ibérico pela construção do novo hospital de Lisboa

EMPRESAS 16

Salário mínimo

UGT não aceita menos de 35 euros de aumento

HOMEPAGE 2

Dívida

Argentina sai da bancarrota pela nona vez

MERCADOS 24

Sustentabilidade

A fraqueza das cotadas está no "board"

ESPECIAL 20 e 21

CISION

ID: 88355641

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 13
Cores: Cor
Área: 5,47 x 7,48 cm²
Corte: 1 de 1

Governo

Plano de Costa Silva recebeu 1153 contributos

O plano estratégico do gestor António Costa Silva para Portugal recebeu 1153 propostas de contributo no período de discussão público. À Lusa, o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, Tiago Antunes, salientou a "elevada participação, quer de instituições quer de cidadãos anónimos". O plano foi apresentado em Julho.

CISION

ID: 88355742

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 23
Cores: Cor
Área: 15,75 x 29,12 cm²
Corte: 1 de 1

DANIEL ROCHA

Nota foi enviada pelo ministério liderado por João Leão para o Parlamento, ao abrigo da nova lei

OE2021 já tem comprometidos 1950 milhões em despesa

Orçamento
Marta Moitinho Oliveira

Governo já enviou para o Parlamento ponto de partida para o Orçamento do Estado para o próximo ano. Com mais despesa

O Orçamento do Estado para 2021 (OE2021) arranca com um fardo adicional na despesa superior a 1950 milhões de euros em relação ao ano anterior. O ponto de partida para o Orçamento do próximo ano, que o Governo está a negociar à esquerda, mostra que, mesmo sem medidas novas, o OE2021 já conta com um impacto nos gastos de 2,1% face a 2020. Custos com pandemia não foram considerados.

A informação consta de uma nota enviada pelo Ministério das Finanças, liderado por João Leão, para o Parlamento, ao abrigo da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), a que o PÚBLICO teve acesso.

O novo Quadro de Políticas Invariantes – cujo envio passou a ser obrigatório para o Parlamento até 31 de Agosto – fornece uma espécie de ponto de partida para a elaboração do OE2021, ao mostrar o que já está comprometido em resultado de medidas vindas de anos anteriores, mas com impacto no ano seguinte, e a margem que o Governo tem para a definição de novas políticas para o próximo ano.

Nas contas das Finanças existe um "impacto total de agravamento do saldo orçamental em 2021, superior a 1950 milhões de euros, que implica, em termos globais, um aumento da despesa no próximo ano de cerca de 2,1% em comparação com 2020, exclusivamente por via destas medidas e tendências estruturais de aumento de despesa", diz o documento. O ministério explica que o quadro ali apresentado "tem subjacente uma lógica de pressões e/ou poupanças, através de acréscimos ou diminuições, no ano de 2021, face ao ano anterior. Um acréscimo de despesa ou diminuição de receita constitui uma pressão (com sinal positivo no quadro) e uma diminuição da despesa ou acréscimo da receita constitui uma poupança (com sinal negativo)". Ou seja, quando o Governo começa a construir o Orçamento para o ano seguinte, a conta não está a zeros. Há medidas, de política e estruturantes, que vêm de anos anteriores, e que vão ter impacto nas contas do Orçamento seguinte.

Assim, a informação apresentada no quadro "corresponde à variação de receitas e de despesas asseguradas e comprometidas para os anos seguintes, com impacto incremental no ano de 2021 face ao ano anterior, não reflectindo, designadamente, novas medidas de política a adoptar".

De fora desta análise ficam, além das novas medidas de política que o Governo queira adoptar, as "medidas de carácter temporário e extraordinário (*one-off*), medidas implementadas ou a implementar no âmbito da pandemia covid-19, bem como impactos ou efeitos resultantes dos estabilizadores automáticos da economia (por exemplo, aumento do subsídio de desemprego ou diminuição da receita contributiva)".

O quadro revela que o OE 2021 arranca com uma pressão orçamental com um impacto no saldo de 1956,4 milhões de euros, em que se destacam os investimentos estruturantes com um impacto de 590 milhões de euros na despesa no próximo ano em relação a 2020.

A despesa com pensões é a segunda rubrica com mais impacto adicional em 2021, de 457,1 milhões de euros, 409,3 milhões dos quais resultam do efeito-composição, que mede o aumento da pensão média e entradas *versus* saídas de pensionistas.

As despesas com pessoal representam um acréscimo de 410,8 milhões de euros face a 2020, sendo que 231 milhões de euros vêm de progressões e promoções.

marta.oliveira@publico.pt

CISION

ID: 88355677

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 17
Cores: Cor
Área: 25,70 x 12,50 cm²
Corte: 1 de 1

Saúde pública: quando a insensatez ganha asas

Opinião

Constantino Sakellarides e Francisco George

1. A arte mais exigente da saúde pública é percorrer o estreito caminho entre proteger a saúde das pessoas (princípio da precaução) e, ao mesmo tempo, evitar excessos na natureza e oportunidade das medidas a adotar, que possam ter, desnecessariamente, consequências negativas no bem-estar económico e social de uma comunidade. A necessidade de aperfeiçoar esta arte difícil tem sido, no decorrer da história da Direção-Geral da Saúde, uma preocupação constante dos seus técnicos e dirigentes como traço marcante da sua cultura institucional.

2. No decurso da pandemia de covid-19, a busca constante do equilíbrio entre aqueles dois princípios da ação da saúde pública tornou-se uma exigência constante, particularmente complexa e facilmente criticável, tanto por aqueles que querem mais autoridade na resposta ao desafio pandémico como por aqueles que defendem uma maior autonomia nas práticas sociais e económicas. Com frequência, tanto uns como outros não reconhecem que os juízos que buscam aquele equilíbrio dependem do conhecimento científico profundo sobre a natureza da ameaça, as expetativas sobre o comportamento humano face aos riscos em causa, a informação precisa sobre a situação real da epidemia em cada momento e a capacidade em antever a evolução dessa situação epidémica. É bom recordá-lo. E este é o momento em que isso parece ser mais necessário.

3. E apesar disso, nos últimos dias, assistimos, em vários países europeus, ao aparecimento de movimentos de protesto contra várias das medidas necessárias para minimizar os efeitos da pandemia – do uso da máscara aos diversos procedimentos de distanciamento social – antes da disponibilidade de uma vacina eficaz e segura. O alastramento deste tipo de movimentos, sem racionalidade explícita e compreensível, tem um grande potencial de tornar tudo mais difícil num futuro muito próximo.

4. Expressão extrema desse caminho insensato manifestou-se entre nós no passado fim de semana, através de cronista habitual de semanário de larga circulação, em artigo intitulado "A nova PIDE/DGS ao serviço do fascismo". Estabelecer um qualquer paralelo, mesmo artificial ou simbólico, entre a PIDE de Oliveira Salazar, a DGS de Marcelo Caetano e a DGS de Direção-Geral da Saúde deixa de ser um ponto de vista admissível, para ser um exercício pejorativo. Exercício pejorativo, sublinhamos, quer para o conjunto da saúde pública, quer, ainda, para portugueses e africanos das antigas colónias que suportaram diretamente a repressão da polícia de Salazar e de Caetano, mas também para Portugal. que sofreu as suas consequências.

Em tempo normal, tais expressões não mereceriam a perda de tempo de lhes prestar qualquer atenção. Mas estes não são "tempos normais". A insensatez pode, facilmente, ganhar asas.

Os autores escrevem segundo o novo acordo ortográfico

Consultor do ministro da Saúde e presidente da Cruz Vermelha

CISION

ID: 88355644

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 14
Cores: Cor
Área: 16,17 x 29,41 cm²
Corte: 1 de 1

"Proselitismo" e "Inquisição". Direita, bispos e um socialista contra aulas de Cidadania

Educação
Liliana Borges

Manifesto pede objecção de consciência para pais e conta com o apoio de Passos Coelho, Cavaco Silva e Sousa Pinto, entre outros

O que têm em comum o ex-Presidente da República Cavaco Silva, o ex-primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, o patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, o bispo de Aveiro, António Moiteiro, os ex-presidentes do CDS Adriano Moreira e Ribeiro e Castro, o deputado socialista Sérgio Sousa Pinto, a ex-ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite e o advogado José Manuel Júdice? Todos eles são signatários do manifesto *Em defesa das liberdades de educação*, divulgado ontem, e que condena a decisão do Ministério da Educação (suspensa pelo Tribunal de Braga) de chumbar de ano dois irmãos de Vila Nova de Famalicão que, por opção dos pais, faltaram às aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Os subscritores consideram "imperativo que as políticas públicas de educação respeitem escrupulosamente a prioridade do direito e dever das mães e pais quanto ao género de educação a dar aos seus filhos" e, por isso, pedem "objecção de consciência das mães e pais quanto à frequência da disciplina de Educação para a Cidadania e o Desenvolvimento, cujos conteúdos, aliás, de facto, muito densificados do ponto de vista das liberdades de educação em matéria cívica e moral, não podem ser impostos à liberdade de consciência".

"Não estou a defender qualquer posição de direita, esta minha posição é de esquerda e escora-se na posição de Mário Sottomayor Cardia", deputado do PS à Constituição que se bateu pela proibição constitucional de o Estado "programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas", explicou ao PÚBLICO Sérgio Sousa Pinto.

Se não há mais socialistas a subscrever o manifesto, "gostaria de pensar que é porque não foram abordados", adiantou, considerando que a Cidadania e Desenvolvimento, "mais do que nociva, é utilizada para proselitismo e doutrinação inútil". O deputado defende também que a disciplina possa ser facultativa ou volte a ser um conteúdo transversal ao currículo do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, como sucedia antes do anterior Governo mudar a lei.

"A ideia de obrigar dois estudantes a repetir o ano por causa desta disciplina é totalmente desproporcionada e inaceitável", explicou.

Ao PÚBLICO, José Miguel Júdice, outro dos signatários, destaca que não discorda do programa, mas apenas do seu carácter obrigatório e fala no regresso do espírito da Inquisição e diz que os direitos "não podem ser transformados em algo que tem de ser aceite no limite do irrazoável". "Vi o programa e discordo completamente que seja obrigatório. Não digo que o conteúdo é correcto ou errado. Digo que é incorrecto e inadmissível que não haja a possibilidade que diferentes linhas de entendimento possam ter acesso a diferentes linhas de formação", defende.

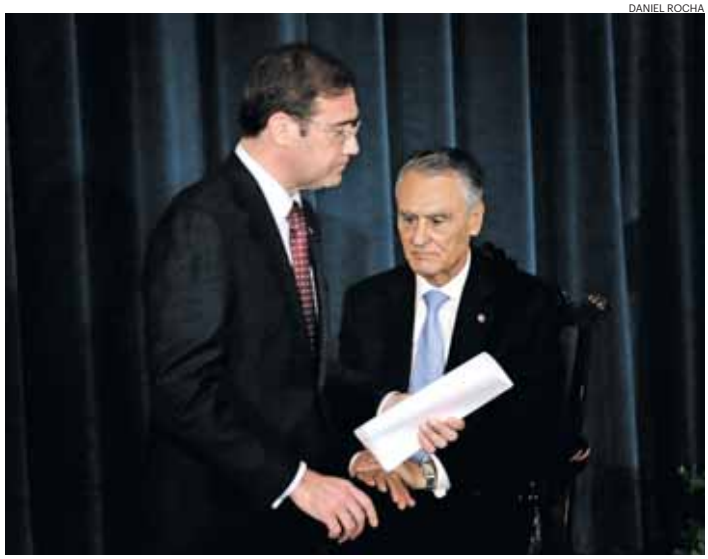
O advogado diz não se tratar de um desacordo com o que é ensinado, mas que "seja imposto sem alternativa", onde "a linha estratégica de informação seja a única" e "não há a possibilidade de as famílias optarem por outra". E enquanto o programa tem "matéria que é clara e consensual", existem pontos que não o são e o princípio de objecção de consciência "deve ser protegido". "Há sectores de esquerda que sempre defenderam objecção de consciência, nomeadamente em relação ao serviço militar, e aqui não o fazem", nota.

Para José Miguel Júdice, "está a instalar-se uma nova Inquisição, que não tortura e não mata. Mas o que é facto é que não é admissível a divergência. E eu sou contra isso", diz. "Não estou de acordo que haja um ensino que defina uma teoria, uma ideologia, uma filosofia sem que haja uma alternativa possível."

Manuela Ferreira Leite limitou-se a dizer ao PÚBLICO: "Se o meu nome consta entre os signatários, é porque concordo com o que lá está."

São também subscritores David Justino, ex-ministro da Educação, Joaquim Azevedo, membro do Conselho Nacional de Educação, e vários professores e directores de escolas católicas. **com Helena Pereira**

DANIEL ROCHA



Passos Coelho e Cavaco são dois dos subscritores

> **Esta minha posição é de esquerda e escora-se na posição de Mário Sottomayor Cardia**
>
> **Sérgio Sousa Pinto**
> Deputado do PS

liliana.borges@publico.pt

CISION

ID: 88355620

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 11
Cores: Cor
Área: 13,73 x 29,63 cm²
Corte: 1 de 1

Grande confusão

Paula Teixeira da Cruz
Mil anos e um dia

Mas, afinal, o que se passa neste país?

Como se não bastasse a pandemia e a crise económica e social, eis que surge no horizonte a hipótese de uma crise política (mesmo?).

A irresponsabilidade, a desordem, a desobediência, o tacticismo político, tudo vale para fazer vingar o que cada um quer. Dir-se-ia que estamos perante um Portugal sem lei e sem igualdade na sua aplicação, em que muitos se afirmam e procuram obter vantagens pela força bruta na desigualdade e na violência, seja esta de que tipo for.

Há muitas formas de violência, e, lamento dizê-lo, a Festa do *Avante!* é uma delas, tal como a recusa inicial da DGS em divulgar o parecer técnico para a realização da dita festa, desmentida pelo primeiro-ministro e finalmente revelada, o que quer que tal venha a significar. Trata-se de um jogo sórdido de empurra entre o PCP e o Governo (para além do jogo negocial). Os riscos sanitários, o facto de haver estabelecimentos que encerram ou a partida de moradores de Amora, nos dias do evento, em nada contam perante interesses político-partidários. Não curiosamente, o PCP cede ao interesse do negócio, da arrecadação de receitas, independentemente das consequências.

Como é habitual, todos os outros são antidemocratas, isto é, aqueles que não estão de acordo com a realização do evento. Basta lançar o anátema do antidemocrata para cima de terceiros e eis o PCP a arvorar uma superioridade (monopólio da moral política) que nada significa, quando na verdade adopta um discurso antidemocrata e a prática não lhe fica nada atrás. Quem não concorda, repito, é antidemocrata, fascista e tudo o mais de perverso. A "realidade" do PCP é a do PCP e não importa a verdadeira realidade: tanto pior para ela. As restrições em múltiplas actividades não se aplicam ao PCP e aí está a divulgação do parecer da DGS a justificar a diferença de tratamento, como o está a diferença de tratamento do fisco no que concerne às receitas. O Governo, que controla a DGS, cede com tranquilidade, sem sobressaltos nem dúvidas, porventura adiando confrontos ou esperando dividendos políticos futuros.

Neste jogo, não por acaso, o PCP adiou a reunião marcada para sexta-feira passada com o Governo, cujo tema era o Orçamento do Estado, alegando... falta de agenda, ao mesmo tempo que acusava aquele de não saber dar resposta aos problemas gerados pela pandemia. Perdão... falta de agenda?! E falar em pandemia para abrir portas a uma festa que juntará, pelos vistos, cerca de 17 mil pessoas? Ou se acredita que somos todos tontos ou se insulta a nossa capacidade de pensar e entender. Mas o Governo não escapa ileso neste jogo de gato e rato a quem deu uma bela e gorda fatia de queijo. Todavia, o *Avante!* ainda se queixa das exigências, que considera superiores às de outras iniciativas! Bem podem protestar terceiros que o *Avante!* é só um, digno de todas as prebendas, impune, perante o qual instituições se inclinam com reverência, ameaçando não cumprir todas as recomendações da DGS. Vivemos em tempos que pedem cautela, sensatez, pouco compatíveis com jogos políticos de mau gosto, cujas consequências podem agravar ainda mais a nossa débil situação. O INE já confirmou a recessão com a queda de 16,3% do PIB, provocada pela baixa do consumo, do investimento e da contracção das exportações. Sempre segundo o INE, a taxa de desemprego atingiu os 8,1% e o desemprego jovem sobe, estimando-se que um em cada quatro jovens, dos 15 aos 24 anos, esteja desempregado.

Há muitas formas de violência, e a Festa do *Avante!* é uma delas

Os surtos, sobretudo em lares, e a miserável forma como tratamos os idosos não são da responsabilidade de ninguém e só espanta quem esteja de má-fé. E continua... As notícias sobre a criminalidade e as disfunções sociais que se vão sucedendo não merecem atenção. A insegurança aumenta e com ela os problemas e os fantasmas do costume. O regresso às aulas está por compreender no que toca à sua concretização. São crianças e jovens e a pandemia não poupa ninguém. Mas já se anunciam baixas antecipadas e opções pelo teletrabalho. Como também terminaram os debates quinzenais e, independentemente da sua consistência, a verdade é que tudo se passa de forma mais obscura. O enfraquecimento institucional aproveita, politicamente, a muitos.

Por tudo quanto vai dito, conviria que pelo menos nos livrassem de joguinhos políticos pérfidos que nos podem causar feridas profundas. Não há *app* que nos valha. E já agora convinha alguma oposição. Este país de confusão só merecia razão e seriedade.

Advogada. Escreve quinzenalmente à quarta-feira

CISION

ID: 88355656

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 15
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 1 de 2

Governo prolonga regularização de imigrantes à espera de decisão do SEF

Medida que abrangeu 130 mil imigrantes em despacho de Março pode prolongar-se por 2021. Imigrantes e associações estão preocupados com o que acontece a quem ficou de fora e não tem resposta

Imigração
Joana Gorjão Henriques

O Governo vai manter a regularização de todos os imigrantes que tinham processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) até 18 de Março, salvaguardando que continuam a ter acesso a direitos sociais, até que seja tomada uma decisão final sobre as suas autorizações de residência. Há várias pessoas com marcação para finais de Junho de 2021. Ou seja, esta medida poderá prolongar-se pelo próximo ano.

Em Maio, o ministro Eduardo Cabrita disse que tinham sido abrangidos por este despacho 130 mil imigrantes. Segundo o gabinete da ministra da Presidência, que tem a tutela das migrações, foi emitido um despacho no qual se define que, até à decisão final sobre os pedidos que estavam pendentes no SEF até dia 18 de Março, "continua a considerar-se ser regular a permanência destes cidadãos em território nacional, beneficiando dos direitos ali referidos, por exemplo para efeito de acesso a serviços públicos". Também os vistos, documentos de autorização de residência ou licenças cuja data de validade tenha expirado 15 dias antes de 14 de Março continuam a ser aceites até 30 de Outubro de 2020 – ou até depois, se o titular tiver prova de que fez o agendamento da respectiva renovação.

O despacho permite que um imigrante que tivesse dado entrada com o processo até 18 de Março, dia da declaração do estado de emergência, pudesse ter cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde, acesso a abonos ou apoios aos trabalhadores independentes. O Governo ainda não respondeu, porém, à questão sobre o que irá acontecer a todos os que ficam de fora do despacho, ou seja, a quem fez o seu pedido depois de 18 de Março.

A questão do que iria acontecer aos direitos dos imigrantes depois de 30 de Outubro, e quem não foi abrangido, preocupa imigrantes e associações que trabalham directamente na sua regularização. "É muito importante que se mantenham os direitos", comenta Flora Silva, da associação Olho Vivo. "As pessoas ficam com vidas suspensas durante muito tempo. Mas o facto de serem salvaguardados os seus direitos é positivo porque são pessoas que fazem os seus descontos para a Segurança Social", acrescenta.

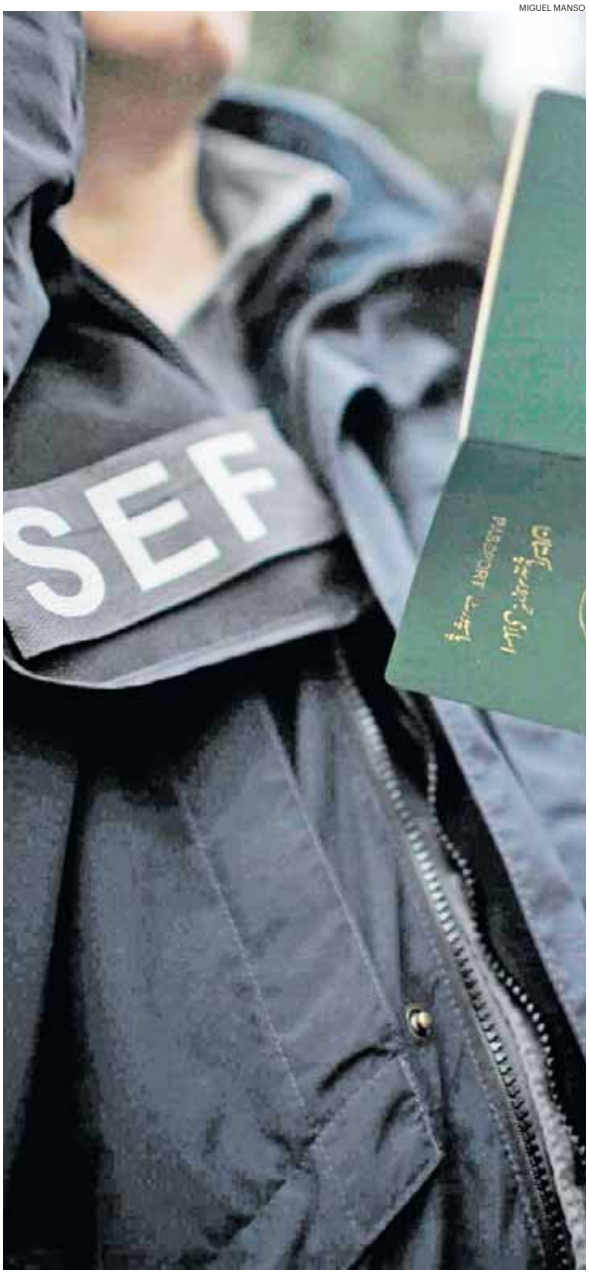
Já Timóteo Macedo, da Solidariedade Imigrante, e membro Conselho para as Migrações, considera que a medida "não traz ânimo" a quem está "de fora do despacho de Março". "Não temos políticas de inclusão. O grande passo seria incluir neste usufruto de direitos aqueles que existem para além do 18 de Março."

Ainda ontem, Cátia, guineense, 33 anos, que vive em Portugal há mais de um ano e está a trabalhar em limpezas, contou ao PÚBLICO que tinha iniciado o processo de regularização em Outubro de 2019. Quando finalmente conseguiu ter agendamento, percebeu que só a 29 de Junho de 2021 é que irá ter a marcação. "Quando me disseram, pensei que estavam a brincar", conta ao PÚBLICO no intervalo do trabalho. O filho, com um ano e nove meses, está numa ama a quem Cátia paga 150 euros mensais. "Estou muito indignada. Este problema não é só meu, somos muitos."

Segundo o SEF, a 10 de Agosto foram abertas cerca de 215 mil vagas, incluindo para autorizações de residência para trabalhadores ou reagrupamento familiar. O SEF diz que, dessas, 75 mil já têm agendamento e garantiu que os cerca de 50 mil processos suspensos por causa do encerramento do atendimento já começaram a ser reagendados, logo a partir do dia 1 Julho, por ordem cronológica. Sublinhou ainda que simplificou procedimentos, com um mecanismo que permite a renovação de autorizações de residência de forma automática para quem é trabalhador, por meio da qual já foram renovadas 47 mil autorizações. Desde a semana passada que esta funcionalidade pode ser feita também por cidadãos da União Europeia e seus familiares e o objectivo é alargá-la a outras categorias de estrangeiros, refere.

jgh@publico.pt

MIGUEL MANSO



Há imigrantes com agendamentos para Junho de 2021

Imigração desce 16% com pandemia

As quebras no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) reflectiram-se, ao que tudo indica, nos números de regularizações. Desde Janeiro, e até 28 de Agosto, o SEF regularizou menos 14.265 imigrantes do que no período homólogo do ano passado, o que representa uma descida de 16%. No entanto, esta quebra de 87.238 para 72.973 novas autorizações de residência concedidas este ano não significa um abrandamento no crescimento da comunidade estrangeira em Portugal. Segundo o SEF, a descida reflecte os efeitos do facto de os serviços oficiais terem estado praticamente encerrados durante o estado de emergência, começando depois a retomar lentamente as marcações.

As grandes diferenças entre este ano e 2019 é que Angola, com 3357 autorizações, passou para 3.º lugar entre as nacionalidades mais representadas, e Itália saiu do 3.º lugar para ficar em 7.º lugar, com 2935 autorizações. O Brasil continua a liderar a lista com 29.289 títulos (foram 32.544 em período homólogo de 2019), seguido do Reino Unido (efeito "Brexit", com 3555, menos do que os 5680 do ano passado). Índia mantém-se em 4.º lugar com 3294 e Cabo Verde (3122) ultrapassa o Nepal ficando no 5.º lugar (Nepal passa a 6.º, com 2970); já a Guiné-Bissau, com 2541, passa do 9.º para o 8.º lugar e Espanha mantém o 10.º lugar com 1734, França está agora em 9.º lugar, com 2319 títulos, quando no ano passado estava em 6.º lugar. **J.G.H**

CISION

ID: 88355656

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 21,03 x 6,40 cm²
Corte: 2 de 2

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 11.088 • 1,30€ • Quarta-feira, 2 de Setembro de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Público

O novo normal. Seis meses que mudaram o nosso mundo

Destaque, 2 a 7

Governo decide prolongar regularização de imigrantes

Estão abrangidos os que deram entrada com processo de regularização até 18 de Março. SEF está a marcar agendamentos para Junho do próximo ano **Sociedade, 15**

Auditoria ao Novo Banco não identifica devedores

Governo pediu confidencialidade, mas não há nomes no relatório. BE quer versão completa **p20/21**

PCP vende entradas acima da lotação para Festa do *Avante!*

Bilhetes a mais podem ser comprados como "gestos de apoio" sem pôr em causa o limite de entradas **p13**

Alberto Barbera "É um milagre o Festival de Veneza acontecer este ano e receber filmes de todo o mundo"

Cultura, 28 e 29

PS escolhe José Apolinário para presidir a CCR do Algarve

A saída do secretário de Estado das Pescas obrigará a uma minirremodelação governamental **p12**

Charlie Hebdo, mais do que um ataque em julgamento

Julgamento começa hoje. Será uma espécie de sessão terapêutica para um país que continua a ter medo **p24**

ISNN-0872-1548

CISION

ID: 88356539

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 47
Cores: Cor
Área: 10,02 x 13,70 cm²
Corte: 1 de 1

DISCURSO DIRETO

José Abraão, dirigente da FESAP, sobre exigências para o Orçamento do Estado 2021

"PODEMOS FAZER GREVE NA SAÚDE JÁ ESTE MÊS"

CM – Porque escreveram uma carta ao primeiro-ministro, António Costa?
José Abraão – Para lhe transmitir as grandes preocupações da FESAP, antes das negociações para o Orçamento do Estado, com salários, ADSE, teletrabalho e com trabalhadores da saúde com contratos individuais de trabalho, pelos quais poderemos promover uma greve já este mês.
– Antes mesmo da negociação sobre o orçamento?
– Sim. Há mais de três meses que estamos à espera de uma reunião com a ministra da Saúde e compreendemos o combate à pandemia, mas começa a ser altura de resolver o problema destes milhares de trabalhadores que com 25 anos de serviço recebem 575 euros por mês.
– O que lhe disseram sobre os aumentos salariais?
– O que nos prometeram, ou seja, um aumento de 1%. Se queremos captar os melhores não podemos pagar 900 euros a técnicos superiores.
– E quanto ao teletrabalho?
– É preciso regulamentar, controlar, para que não seja feito com prejuízo para o trabalhador, já que neste momento resulta apenas o acordo entre o serviço e o funcionário. ● R.O.

CISION

ID: 88356287

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 27
Cores: Cor
Área: 15,43 x 6,91 cm²
Corte: 1 de 1

BEJA. ALERTA NA CIRURGIA DO HOSPITAL

Urgência em risco de fechar

Hospital José Joaquim Fernandes

O serviço de Urgência de Cirurgia do Hospital José Joaquim Fernandes, em Beja, está em risco de encerrar por falta de condições de segurança para os médicos e cidadãos, denunciou ontem o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), que exige a contratação de mais médicos. Segundo o SIM, os clínicos "estão exaustos, já ultrapassaram há muito as 150 horas de trabalho extraordinário. A administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo garante que as equipas não estão a funcionar "abaixo dos mínimos de segurança" e aguarda a entrada de novos médicos, através de concursos.

CISION

ID: 88356314

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 29
Cores: Cor
Área: 12,99 x 3,58 cm²
Corte: 1 de 1

SOBE

ANTÓNIO COSTA SILVA

GESTOR DA PARTEX

O plano estratégico elaborado pelo consultor do Governo recebeu 1153 propostas de contributo no período de discussão pública.

DESCE

ANTONOALDO NEVES

PRES.-EXECUTIVO DA TAP

O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos acusa a gestão da TAP de degradar a empresa e ficar com uma 'TAPzinha'.

CISION

CORREIO da manhã

ID: 88356162

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 19
Cores: Cor
Área: 20,64 x 27,46 cm²
Corte: 1 de 2

EDUCAÇÃO

Escolas sem condições para aulas presenciais

ANO LETIVO Mário Nogueira diz que não estão reunidas condições de segurança para o regresso
CRÍTICAS Dirigente da Fenprof acusa o Governo de ter perdido dois meses sem nada fazer

PAULA GONÇALVES

Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof, avisou ontem que não estão criadas as condições de segurança sanitária necessárias para que as escolas possam abrir entre 14 e 17 de setembro, como está previsto. "O Ministério da Educação perdeu dois meses, julho e agosto, para criar condições de segurança nas escolas", criticou.

O dirigente acrescentou que não foi por falta de insistência da Fenprof, que tem vindo a solicitar reuniões quer ao Ministério da Educação (ME), quer à Direção-Geral da Saúde (DGS): "Por oito vezes enviámos à DGS um pedido de reunião e nem resposta recebemos, tal como do ME."

Segundo Mário Nogueira, algumas das medidas que constam das orientações enviadas, há dois meses, pelo Ministério da Educação para as escolas não cumprem as normas da Direção-Geral da Saúde. Mário Nogueira acusa, assim, o ME de "não fazer o trabalho que deveria", e a DGS de "não assumir as responsabilidades que deveria, que era pôr o dedo no nariz ao ME, por ter colocado cá fora normas que não correspondem ao que se deve fazer". Entretanto, ontem, o ME e a DGS divulgaram as orientações para as aulas de Educação Física (ver infografia e caixa).

DIRIGENTE LAMENTA SILÊNCIO DA DGS AOS PEDIDOS DE REUNIÃO

A Fenprof enviou entretanto uma exposição sobre a situação em Portugal para várias instituições internacionais, nomeadamente para a Organização Mundial de Saúde, e também para a Assembleia da República e grupos parlamentares. "Por um lado esta exposição é sobre o silêncio absoluto do ME e da DGS e, por outro, dizendo que temos propostas e identificando as situações que até agora não foram resolvidas". A Fenprof defende a realização de rastreios junto da comunidade escolar. "Ao nível da educação só foram feitos testes antes das creches abrirem e foram detetados 59 casos", diz Mário Nogueira. ●

ORIENTAÇÕES PARA AS AULAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- Promover estratégias e metodologias que privilegiem o distanciamento de, pelo menos, três metros entre alunos
- Obrigatório o uso de máscara, na entrada e saída das instalações. Alunos e professores estão dispensados de usar máscara durante os exercícios
- Privilegiar os espaços exteriores para as práticas letivas
- Todos os materiais e equipamentos utilizados devem ser submetidos a limpeza e desinfeção
- Lavagem e/ou desinfeção das mãos à entrada e saída
- Calçado exclusivo no acesso às instalações desportivas
- Quando houver aulas em espaços fechados, deve ser assegurada boa ventilação natural
- Delimitar áreas de prática desportiva, com marcações no chão
- Sempre que possível circulação num só sentido
- Desenvolver situações de ensino com grupos reduzidos

Três metros entre alunos e máscara só à entrada e saída

Já há regras para as aulas de Educação Física. A principal preconiza um distanciamento de, pelo menos, três metros entre cada aluno. Numa disciplina marcada pela prática de desportos coletivos, as atividades passam a ser preferencialmente individuais ou entre grupos reduzidos. As máscaras são obrigatórias à entrada e saída das instalações, mas não durante a prática de exercício físico. ●

Máscara obrigatória ao entrar

CISION

ID: 88356162

CORREIO da manhã

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 3,31 x 2,48 cm²
Corte: 2 de 2

PUB

Agriloja

Mais de 20 anos ao seu lado para a vida!

NOVA LOJA EM AVEIRO

QUARTA-FEIRA 02/09/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

RUI PINTO BENEFICIA DE REGIME

JUSTIÇA PROTEGE 17 TESTEMUNHAS DE CRIMES

P.8 E 9

MONDIM DE BASTO

MATA VIZINHO NA CAÇA AO JAVALI

P.14

FALTA DE ÁGUA SITUAÇÃO CRÍTICA A SUL P.24 E 25

ALERTA VERMELHO NAS BARRAGENS DO ALGARVE

ORÇAMENTO DE 2021 SOB PRESSÃO P.6 E 7

ESTADO GASTA MAIS 868 MILHÕES EM SALÁRIOS E REFORMAS

FUNÇÃO PÚBLICA DESPESA DISPARA

PROGRESSÕES na carreira e pensões mais altas carregam nas contas

PJ INVESTIGA INCÊNDIO COM 13 DESALOJADOS

FOGO PROVOCA SUSTO NO CORAÇÃO DE LISBOA

P.17

APOSTA NO ATAQUE P.10 E 11

BENFICA QUER JUNTAR DARWIN E MARIANO

SPORTING P.12

VARANDAS FELIZ COM JOVENS NA SELEÇÃO SUB-21

FC PORTO P.13

ABOUBAKAR ABRE VAGA A TONI MARTÍNEZ

BURACO P.30 E 31

NOVO BANCO COM AUDITORIA SECRETA

VIDAS P.41 A 45

RIVAIS ANTIGO CASAL EM DUELO NA TV

PUB

CAMPO PEQUENO

AMANHÃ

6 CAVALEIROS 6
6 VEIGA TEIXEIRA 6
O TOIRO-TOIRO

RECUSAM AULAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA P.4 E 5

ALUNOS DE MÉRITO AMEAÇADOS DE CHUMBO

ANO ESCOLAR P.19

Professores temem regresso

PANDEMIA P.22

Ministério muda SNS 24

SANTARÉM P.20

Utentes de lar transferidos

PUB

SEL

SABOR 2020

O Sabor do Saber Alentejano

www.sel.pt
A Charcutaria mais Premiada do País

FESAP pede aumentos de 1,1% em 2021

PORTUGAL O secretário-geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP), José Abraão, exigiu ao Governo que "cumpra as promessas" feitas e aumente os funcionários públicos em pelo menos 1,1% em 2021. A FESAP enviou uma carta ao primeiro-ministro, António Costa, com as suas contribuições para a discussão do Orçamento do Estado para 2021.

Cirurgia do hospital de Beja pode encerrar

BEJA O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) denunciou ontem que o serviço de urgência pode ficar sem cirurgia, uma vez que está a funcionar "abaixo dos mínimos de segurança para cidadãos e médicos". Em comunicado, o SIM explicou que, se não foram contratados mais médicos, a cirurgia está "em perigo de encerrar". À *Lusa*, o conselho de administração do hospital disse ter aberto concursos para novas equipas que se têm revelado "sem sucesso".

Sindicato diz que gestão degrada TAP

PORTUGAL O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (Sitava) acusa a gestão da TAP de estar a degradar a empresa, que ainda conta com poucos voos seis meses depois do início da pandemia de covid-19. "Não contem com o Sitava para assistir à degradação da companhia e virem depois dizer que o que resta é uma 'TAPzinha'", diz o sindicato, garantindo que continuam a existir cortes salariais.

CISION

Jornal de Notícias

ID: 88355602

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 12
Cores: Cor
Área: 9,73 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Fesap exige aumento salarial nunca abaixo de 1%

Carta a Costa reclama que trabalhadores sejam compensados pela resposta dada à pandemia

Paulo Ribeiro Pinto
paulo.pinto@dinheirovivo.pt

TRABALHO A Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap) exige aumentos salariais em 2021 nunca inferiores a 1%, tal como prometido pelo Governo quando fechou as negociações para este ano.

Numa carta dirigida ao primeiro-ministro e à ministra da Modernização do Estado e Administração Pública (MEAP), a Fesap indica que o "Orçamento do Estado (OE) para 2021 terá de contemplar aumentos salariais para todos os trabalhadores da administração pública e para todos os pensionistas, devendo o Governo cumprir com o que anunciou após a aprovação do OE2020, nomeadamente no sentido de que os aumentos salariais para 2021 nunca serão inferiores a 1%", por referência à inflação esperada.

António Costa já sinalizou, numa entrevista ao "Expresso", dúvidas sobre a concretização desta promessa, dado que a inflação para este ano está a aproximar-se de valores negativos. Uma justificação que a estrutura sindical liderada por José Abraão não aceita, lembrando que o aumento para este ano se ficou pelos 0,3%, representando uma perda de poder de compra.

Na missiva dirigida a António Costa e Alexandra Leitão, a Fesap lembra outras reivindicações antigas, como a "regulamentação do subsídio de risco, penosidade e insalubridade para todos os trabalhadores dos serviços em que se considere justificável a atribuição dessa compensação remuneratória", lembrando que a pandemia evidenciou "um grande número de trabalhadores da administração pública cujas funções se desenvolvem em condições particularmente difíceis".

A Fesap quer ainda garantias de que os funcionários que passem a trabalhar à distância não percam os seus direitos laborais. ●

REIVINDICAÇÃO

Melhores acessos às reformas antecipadas

As exigências da Fesap vão além do OE para 2021. "A próxima legislatura deverá ser marcada pela negociação de políticas ativas de pré-reforma, bem como pela eliminação do fator de sustentabilidade e de todas as penalizações para os trabalhadores que solicitem a aposentação antecipada e que contem com, pelo menos, 60 anos de idade e 40 de contribuições", considerada a estrutura sindical.

TIAGO PETINGA/LUSA

José Abraão, secretário-geral da Fesap

CISION

Jornal de Notícias

ID: 88355743

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 24
Cores: Cor
Área: 9,34 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Greve da Padaria Nacional acabou em acordo

Empresa de Guimarães comprometeu-se a pagar créditos em atraso até ao final do ano

Delfim Machado
locais@jn.pt

PARALISAÇÃO A greve dos trabalhadores da Padaria Nacional de Guimarães, realizada ontem, terminou com um acordo entre os trabalhadores e a Administração da empresa. Os funcionários iniciaram a greve à meia-noite, mas suspenderam-na após uma hora e meia, tendo aceitado a proposta da Administração.

Em causa estavam créditos que remontam ao Processo Especial de Revitalização (PER) interposto há cinco anos e que terminou no passado dia 28 de agosto. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte, a empresa "devia ter pago os créditos detidos pelos trabalhadores em 60 prestações", mas apenas pagou duas até ao final do prazo. Isto, aliado à circunstância de receberem o salário em prestações, motivou a greve.

A adesão foi de 100%, segundo o sindicato, e de 53%, de acordo com a gerência da empresa. Independentemente das divergências na contabilidade dos grevistas, o acordo foi alcançado. Prevê que o salário seja pago até ao último dia de cada mês e os créditos vencidos do PER em quatro prestações até ao final de dezembro.

Segundo Carlos Martins, dono da Padaria Nacional de Guimarães, a empresa teve uma quebra de faturação "de cerca de 30%" durante a pandemia, o que a impediu de saldar os compromissos do PER. Carlos Martins queixa-se de não ter recebido qualquer ajuda estatal, pois a quebra de faturação não chega para o tornar elegível para os apoios do Governo. Ainda assim, assegura que o acordo "é para cumprir". Os trabalhadores mandataram o sindicato para convocar nova greve "se a empresa falhar aos compromissos assumidos", revela o sindicato.

A Padaria Nacional de Guimarães tem seis estabelecimentos em várias freguesias e sede em Azurém.

EMPREGO

Número de trabalhadores foi reduzido

Esta não foi a primeira greve suspensa por um acordo na Padaria Nacional de Guimarães. Em abril de 2016, a paralisação foi agendada devido a salários em atraso, mas não chegou a acontecer devido a um acordo. Carla Cruz, então deputada do PCP, denunciou que estavam em causa 30 trabalhadores. Desde então, o número de funcionários foi reduzido para 18.

Padaria é uma das mais importantes do Vale do Ave

CISION

ID: 88355939

Jornal de Notícias

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 14
Cores: Cor
Área: 4,94 x 9,85 cm²
Corte: 1 de 1

Sindicato acusa gestão da TAP de querer criar uma "TAPzinha"

AVIAÇÃO O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (Sitava) acusou a gestão da TAP de degradar a empresa para ficar com uma "TAPzinha". A organização diz que, em setembro, só estão previstos 39,3% dos voos programados para Lisboa antes da pandemia (2192 voos de 5580), e 29,3% no caso do Porto (370 de 1261). O Sitava rejeita a reestruturação e pede uma gestão "comprometida".

CISION

negócios

ID: 88355565

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 2
Cores: Cor
Área: 22,82 x 31,51 cm²
Corte: 1 de 2

UGT exige salário mínimo pelo menos nos 670 euros

Carlos Silva, secretário-geral da UGT, assegura ao Negócios que não aceitará uma subida inferior à do ano passado e sugere ao primeiro-ministro que procure "a muleta do BE". O tema será discutido hoje em concertação social.

MARGARIDA PEIXOTO
margaridapeixoto@negocios.pt

João Cortesão

Carlos Silva, secretário-geral da UGT, diz que subir menos o salário mínimo "é austeridade".

"Não discutiremos nada abaixo de 670 euros", garante Carlos Silva, secretário-geral da UGT, em declarações ao Negócios a propósito do aumento do salário mínimo nacional. O sindicalista assegura mesmo que fará "finca pé" numa subida nominal de, pelo menos, 35 euros, tal como estava previsto e independentemente da pandemia. Este será um dos temas em cima da mesa da reunião de concertação social, agendada para as 15 horas desta quarta-feira.

Na semana passada, em entrevista ao Expresso, o primeiro-ministro tinha avisado que, apesar de continuar a defender uma subida do salário mínimo, esta não poderá ter "a dimensão que teve no passado". Depois, na rentrée do PS, repetiu a ideia de que será preciso contenção na subida.

Mas para a UGT "isso é austeridade", diz Carlos Silva. "Não estamos minimamente disponíveis para acompanhar o primeiro-ministro", assegura, frisando que os sindicalistas não aceitarão uma subida inferior à verificada este ano, de 35 euros, e que será essa a posição que vão transmitir ao Governo na reunião de hoje.

Para a UGT já ficou provado que "o aumento do salário mínimo não empurra os restantes salários" e por isso Carlos Silva defende que não devem ser os trabalhadores a suportar novamente os custos da crise. Do mesmo modo, a UGT "fará coro com a Fesap na defesa de um aumento de 1% dos salários da função pública".

Criticando a "opção do Governo de preferir negociar o aumento do salário mínimo com o Parlamento", Carlos Silva não hesita: "Então que encontre agora no BE uma muleta para um bom aumento do salário mínimo". "Não temos Festas do Avante e não estamos a preparar formas de luta", diz, mas sem os 35 euros de aumento "não haverá acordo na concertação social", garante.

Esta segunda-feira, a CGTP convocou uma ação de luta nacional, para 26 de setembro, com manifestações e concentrações, na defesa de aumentos salariais. Isabel Camarinha, secretária-geral da central sindical, voltou a defender o aumento do salário mínimo para 850 euros e a recusar qualquer subida inferior à verificada em 2020.

Resposta à crise e teletrabalho

Além da subida do salário mínimo, a reunião deverá servir para discutir também a resposta à crise da covid-19. Neste âmbito, a UGT quer saber que alternativas terá o Governo para compensar o facto de considerar que não será possível aplicar já o aumento de progressividade dos escalões do IRS e que medidas terá para facilitar e promover a formação profissional, nomeadamente no que diz respeito à reconversão de trabalhadores. ■

CISION

negocios

ID: 88355565

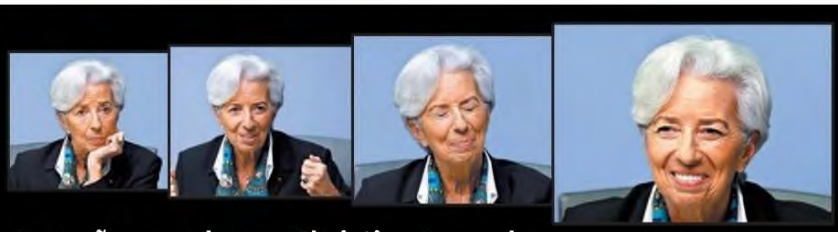
02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 5,93 x 5,83 cm²
Corte: 2 de 2

#3 OS MAIS PODEROSOS 2020

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



As razões que levam Christine Lagarde a ocupar o terceiro lugar desta lista

#3

negocios

negocios.pt

Quarta-feira, 2 de setembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4320 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Portugal tem melhores elites do que França ou Espanha

Estudo coloca as elites portuguesas em 14.º lugar entre 32 países | **Singapura** ocupa a primeira posição do ranking global | **Resultado** "é interessante", diz Cláudia Ribeiro, responsável pela avaliação nacional

ECONOMIA 10 e 11

Mais de 90% dos ativos tóxicos do Novo Banco são herdados do BES

Saiba o que vai acontecer agora à auditoria realizada pela Deloitte.

EMPRESAS 14, 15 e EDITORIAL

António Ramalho, CEO do Novo Banco, tem estado sob fogo cruzado.

Raquel Wise

Salário mínimo

UGT não aceita menos de 35 euros de aumento

HOMEPAGE 2

Dívida

Argentina sai da bancarrota pela nona vez

MERCADOS 24

Só 18% do excesso de mortes em agosto foram por covid-19

ECONOMIA 8 e 9

Duelo ibérico pela construção do novo hospital de Lisboa

EMPRESAS 16

Sustentabilidade

A fraqueza das cotadas está no "board"

ESPECIAL 20 e 21

CISION

ID: 88355672

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 16
Cores: Cor
Área: 16,29 x 29,41 cm²
Corte: 1 de 1

Fenprof acusa Governo de "inépcia" na preparação do regresso às aulas

Educação
Natália Faria

Escolas "sem condições" para retomar ensino presencial em segurança. Fenprof quer máscaras a partir dos seis anos

O líder da Federação Nacional de Professores (Fenprof), Mário Nogueira, declarou ontem – dia em que mais de cem mil professores regressaram às escolas para prepararem o novo ano lectivo, que arranca entre 14 e 17 de Setembro – que não estão reunidas as condições para que o ensino presencial seja retomado em segurança. Numa conferência de imprensa em que enumerou "falhas" que vão da falta de auxiliares à recusa de desdobramento das turmas, aquele dirigente sindical considerou que ou o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, consegue fazer nos próximos dias aquilo que não fez nos últimos dois meses, ou não lhe resta senão "assumir que não tem condições para continuar à frente da educação em Portugal".

Alegando que quer o Ministério da Educação (ME) quer a Direcção-Geral da Saúde (DGS) se têm recusado a ouvir as propostas da Fenprof, Nogueira apontou as divergências nas orientações emitidas por aquelas duas entidades para os 811 estabelecimentos de ensino, do pré-escolar ao secundário. "A DGS recomenda a divisão das turmas em pequenos grupos e fala de um distanciamento de dois metros entre alunos, podendo chegar a um metro e meio, e o ministério diz que a distância deve ser de um metro quando for possível. Mas, como o desdobramento das turmas não foi feito, os alunos vão estar a dez centímetros uns dos outros."

Concordando que a retoma do ensino presencial é "fundamental", Nogueira sustentou que este só perdurará no tempo "se houver exigência e rigor" nas medidas de segurança adoptadas. Não é o que está a acontecer, segundo o sindicato, cujos representantes apontaram o que qualificaram como "inoperância" e "inépcia" do actual detentor da pasta da Educação. E, entre os exemplos que consubstanciam o que adjectivou como "um facilitismo inaceitável", Nogueira incluiu a ausência de "um rastreio nacional à covid-19 junto da comunidade educativa". "Foram feitos testes antes de as creches abrirem e foram detectados 59 casos de contágio. Agora imagine-se como teria sido se estas 59 pessoas tivessem ido trabalhar."

PAULO NOVAIS/LUSA

Mário Nogueira quer testes a professores e funcionários

> **Estima-se que sejam cerca de 12 mil os professores com doença de risco**
>
> **Mário Nogueira**
> Fenprof

Por outro lado, Mário Nogueira sugeriu que a máscara passe a ser obrigatória a partir dos seis anos, à semelhança do que se passa em Espanha. "A DGS devia repensar isso", reforçou, referindo-se à norma que estipula a obrigatoriedade da máscara apenas a partir dos dez anos. Do mesmo modo, a Fenprof entende que o ideal seria que os alunos dispusessem de máscaras descartáveis em vez das "máscaras sociais", dada a ausência de garantias de que as mesmas serão devidamente lavadas e manuseadas.

A falta de pessoal auxiliar para garantir a higienização de salas de aula, ginásios, refeitórios e corredores é outro dos problemas apontados pela Fenprof, que declina a possibilidade, aventada por alguns directores, de serem os próprios alunos a desinfectar as salas.

Tão grave quanto isso é a escassez de professores, sobretudo considerando, como a Fenprof sustentou, que 10% dos actuais docentes integram o "grupo de risco" para a covid-19. "Estima-se que sejam cerca de 12 mil os professores com doença de risco. E não está nada previsto a não ser o que diz a lei geral, que prevê que estes professores possam ficar em casa por 30 dias e que, a partir do 31.º, possam continuar em casa mas sem remuneração", lembrou. Se não for encontrada uma solução que "proteja estes profissionais", a Fenprof predispõe-se a representar os professores nos tribunais. "Se houver situações que ponham em risco a vida dos professores, avançaremos para a Justiça, porque isso é absolutamente inaceitável."

Sobre a escassez de professores, Nogueira alegou que, dos 2500 novos contratados, mais de metade limitar-se-á a substituir os 1511 professores que se aposentaram. E por considerar que, se nada for feito, o risco de muitas escolas voltarem a fechar é elevado, a Fenprof vai fazer ecoar as suas preocupações junto da Organização Mundial da Saúde, UNESCO, Unicef e Conselho de Nacional de Educação, entre outras entidades, "para que pressionem o Governo a criar as condições necessárias para um regresso à escola em segurança". O ME não quis comentar as declarações da Fenprof.

nfaria@publico.pt

CISION

ID: 88355585

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 2
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 1 de 7

COVID-19

O novo normal
Seis meses que mudaram o nosso mundo

O primeiro caso de covid-19 em Portugal foi há seis meses, o que parece uma eternidade, tais as mudanças radicais que ocorreram no nosso próprio mundo

Ana Sá Lopes (texto)
Nuno Saraiva (ilustrações)

"Quem éramos nós? Quem queríamos ser? Quais as esperanças que a vida roubou?" Isto é um verso de Sérgio Godinho e que pode ser tremendamente actual, só porque talvez já não nos lembremos disso – de quem éramos antes de a covid-19 ter posto as nossas vidas de pernas para o ar.

O vírus chegou há seis meses em Portugal e aterrou-nos. De um instante para o outro, mudámos. Abandonámos as escolas antes de o Governo as fechar, fomos trabalhar para casa (os que podiam) antes do estado de emergência, deixámos de tocar as pessoas que amamos mas que não viviam connosco. Entrar no supermercado, nos idos de Março, parecia um risco equivalente a sair à rua em plena guerra civil. Depois, muitos de nós chegavam a casa e punham-se a desinfectar as compras. O álcool-gel esgotou-se e chegou a estar mais caro do que a *vodka*.

Foi no dia 2 de Março, faz hoje seis meses, que os primeiros dois casos foram identificados no Porto. O Governo foi rápido a reagir – data desse dia o despacho que coloca os funcionários públicos em teletrabalho. A 4 de Março é lançada a primeira linha de crédito para apoio a empresas, no valor de cem milhões de euros.

Os casos iam aumentando, espalhando o terror em muitos cidadãos, nomeadamente nos mais vulneráveis e seus familiares. A 5 de Março, a TAP cancela mil voos. Portugal tinha 78 casos registados quando, a 12 de Março, António Costa anuncia o fecho das escolas, apesar de o Conselho Superior de Saúde Pública não considerar a medida necessária. Além do fecho dos estabelecimentos de ensino – naquele momento apenas decidido "até à Páscoa" –, Costa também determinou nesse dia o fecho das discotecas, condicionamento das visitas a lares de idosos e limitações ao número de pessoas em centros comerciais e restaurantes.

O Governo foi rápido a reagir à crise de saúde pública e contou com um inédito apoio da oposição, nomeadamente do maior partido, o PSD de Rui Rio, e do Presidente da República. Uma coisa separava Marcelo de Costa: o Presidente defendia a célere declaração do estado de emergência, Costa preferia aguardar para mais tarde. Mas o primeiro-ministro rende-se ao desejo do Presidente e a 19 de Março é decretado o estado de emergência. Fecha tudo, com a excepção de serviços essenciais: supermercados, mercearias, farmácias, restaurantes a vender comida para fora, talhos, padarias, lotas, toda a produção e distribuição agro-alimentar. Não faltou um pão aos portugueses, apesar de, nos primeiros tempos, ter sido notada uma fúria de açambarcamento que deixou algumas prateleiras vazias, o que o levou o ministro da Economia a reunir-se com os agentes económicos do sector. Tabacarias e papelarias também ficaram abertas, e no meio da grande incerteza pudemos jogar no Euromilhões – os jogos sociais não foram suspensos. As pessoas fecharam-se em casa – podiam sair com diminutas excepções, e a polícia manteve intensa actividade a identificar os faltosos. Nunca tínhamos visto isto: o Estado a controlar, pela primeira vez desde o 25 de Abril, os nossos movimentos.

Mas talvez o grande choque colectivo da covid-19 foi obrigar-nos a encarar a forma como tratamos alguns dos cidadãos mais vulneráveis da sociedade

O "tempo covid" marcou a reconciliação dos portugueses com o Serviço Nacional de Saúde – a única resposta segura e confiável à pandemia. Médicos e enfermeiros foram aqui, como noutros países, olhados justamente como heróis nacionais. Mas a concentração do sistema nacional no combate à covid-19 foi prejudicial para outras doenças – com adiamentos de exames essenciais e cirurgias – e lançou um enorme ponto de interrogação sobre o que acontecerá se no Inverno assistirmos a uma segunda vaga. Não foi só a decisão das autoridades médicas a diminuir o tratamento dos doentes "não-covid": os próprios doentes afastaram-se dos hospitais, por medo.

O Governo foi tentando estancar a crise económica que já se vê um pouco por todo o lado, com o *layoff*, que não correu ao princípio especialmente bem. Qual vai ser a profundidade da crise ainda estamos para saber – os dados revelados ontem mostram um aumento do desemprego, nomeadamente jovem.

Mas talvez o grande choque colectivo da covid-19 foi obrigar-nos a encarar a forma como tratamos alguns dos cidadãos mais vulneráveis da sociedade, os mais velhos que vivem em lares. O caso de Reguengos e outros vieram destapar uma realidade desumana, pré-covid, relativamente à qual uma mistura de denegação e desleixo deixou chegar a este ponto. A começar no Governo, estamos todos a falhar aqui.

ana.sa.lopes@publico.pt

CISION

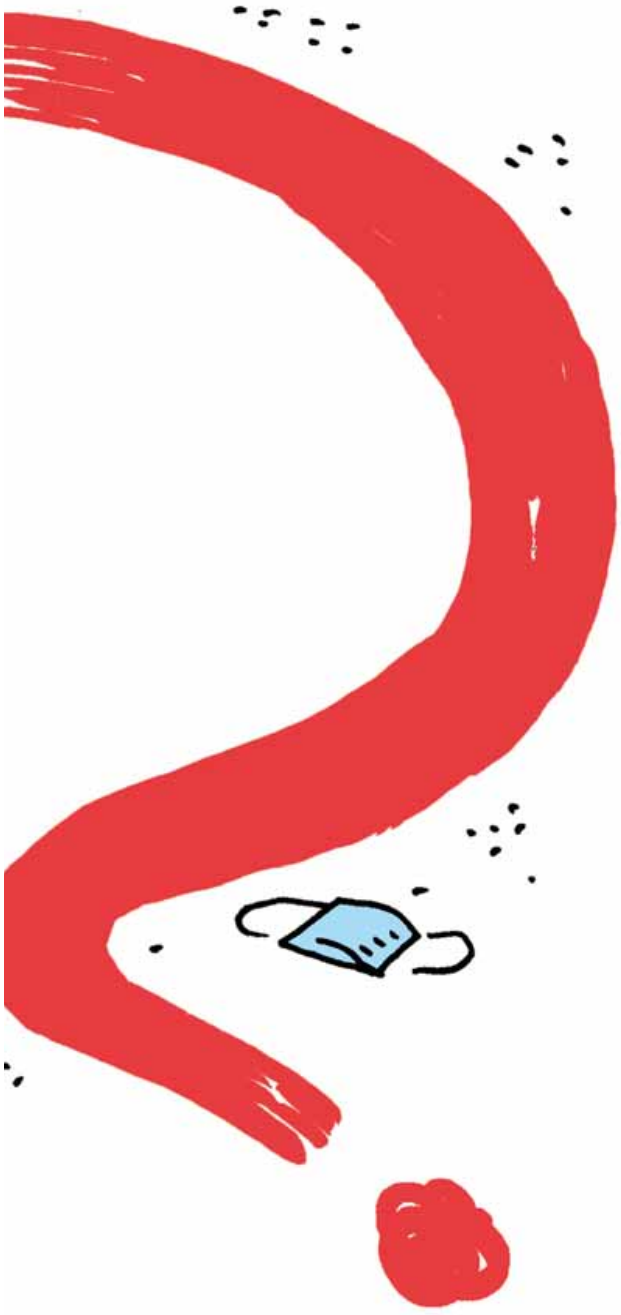
ID: 88355585

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 3
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 2 de 7



Novo ícone social, a máscara

Não era só a questão de a população – descontada eventualmente a de alguns países asiáticos e por razões bem diversas das actuais - não estar familiarizada com o uso da máscara social. O próprio conceito "máscara social" não existia antes da pandemia. E, no entanto, seis meses bastaram para que a população interiorizasse como naturais os gestos de pôr e tirar a máscara, de levar as mãos ao desinfectante de levar no bolso, de seguir as indicações traçadas nos locais públicos para evitar cruzamentos desnecessários, num comportamento algo robotizado mas cujo fim derradeiro é o da inquestionável necessidade de prevenir a escalada de contágios.

A interrogação está em saber-se se, com a aproximação do Inverno e da gripe sazonal, e ainda com a permanente revisão do conhecimento científico sobre o novo coronavírus, a Direcção-Geral de Saúde (DGS) vai efectivamente recomendar ou tornar obrigatório o uso de máscara na rua, pelo menos nos locais mais movimentados, e por crianças acima dos seis anos – actualmente, a máscara só é obrigatória em espaços fechados e para crianças acima dos 10 anos. Apesar das dúvidas que persistem, o consenso quanto ao uso da máscara parece estar a bem mais de seis meses de distância da posição inicial da DGS, que titubeou durante larguíssimas semanas quando à recomendação para o seu uso, nomeadamente por recear que esta levasse a um afrouxamento da lavagem das mãos e da distância física.

Seja qual for a decisão, a máscara surge como principal ícone que ajudará a contar a história desta pandemia. **Natália Faria**

Os lares como antecâmara da morte

Com os idosos enclausurados entre quatro paredes – mais ou menos providas de condições de conforto, consoante a instituição de acolhimento –, a sociedade tem-se permitido não pensar no problema dos seus idosos. Mas a pandemia, mais concretamente a sua alta letalidade acima de uma determinada faixa etária, teve o condão de restituir visibilidade ao abandono (pouco assistido) a que vêm sendo votados demasiados dos que, tendo deixado de ser "úteis", vêm sendo socialmente confinados desde muito antes de o novo coronavírus ter ditado o confinamento geral.

Se há lição que resulta clara é que, em sociedades altamente envelhecidas, os modelos de acolhimento residencial dos idosos merecem ser repensados e humanizados, de molde a garantirem que a vida prossegue com dignidade muito para além do ciclo produtivo. Em vez de lares, muitos deles ilegais, em que os idosos jazem em camas, sem direito sequer a assistência médica capaz, seria altura de os governos investirem a sério no propalado "envelhecimento activo" (irritante chavão que, porém, não se afigura esvaziado de sentido), e, por exemplo, em estruturas residenciais acessíveis e com espaços ajardinados e ao ar livre.

Sendo certo que a covid-19 acelerou milhares de mortes entre os idosos institucionalizados pela Europa fora, Portugal poderia ter usado a sua vantagem decorrente da chegada tardia do vírus a território nacional para se precaver. Não o fez. Logo no início, resultou óbvio o empurrar das responsabilidades entre os dois ministérios com tutela na área: o da Saúde e o do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. E, também por causa disso, as instituições foram deixadas sozinhas na reacção inicial a um cenário em que, além de directrizes exequíveis, faltavam máscaras, viseiras e o simples gel desinfectante necessário para travar a escalada galopante dos contágios que acabaram por ser responsáveis por cerca de metade das mortes por covid-19 em território nacional. Só quando a situação no lar de Reguengos se transformou em arma de arremesso político, e na mesma semana em que a ministra da Saúde mandou médicos de família ir prestar assistência aos idosos infectados num lar do Barreiro, em Lisboa, é que a ministra da Segurança Social anunciou a criação de 18 brigadas de emergência – uma por distrito –, geridas pela Cruz Vermelha, para apoiar todos os lares afectados com surtos graves de covid-19. **N.F.**

E a cidade (quase) vazia

No início desta semana o PÚBLICO noticiava que Portugal, muito graças a Lisboa e Porto, entrara no top quatro dos países europeus desejosos de mudar rapidamente a forma como usamos o espaço urbano, beneficiando, com novas ciclovias, um dos modos suaves de circulação. Ao longo destes meses de um vazio indesejado nas ruas, por todo o mundo, urbanistas, arquitectos e decisores políticos olharam para elas como um estirador onde seria possível repensar a mudança, em função da necessidade de uma retoma das actividades "normais", com novas regras. Algumas delas impostas pela covid-19 – que exige mais afastamento entre cada um de nós, desde logo – mas também por uma outra "doença" que já cá estava e não desapareceu: o aquecimento global e a crise climática, que avançam inexoravelmente, na ausência de uma acção efectiva, apenas sem um contador diário que nos actualize o número, já elevado, de mortos que fizeram. O que a covid-19 está a provocar, na verdade, é uma aceleração de uma tendência que se afigurava inevitável, de descarbonização das cidades e da forma como circulamos nelas, a par de uma gestão mais equilibrada de um espaço público. Que, como percebemos durante o confinamento, nos é demasiado precioso para ser, como ainda é em muitos casos, um emaranhado de estradas e um mega-parque de estacionamento, roubando espaço a quem possa andar a pé e de ➜

CISION

ID: 88355585

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 3 de 7

bicicleta, sem árvores que nos garantam sombras e uma redução da temperatura ambiente, sem pequenos jardins, onde, com poucos passos, consigamos refúgio e segurança para as crianças e para os velhos que tenham a sorte de não viverem fechados num lar. **Abel Coentrão**

A imunidade e outras incógnitas

Seis meses depois de terem sido anunciados os primeiros casos positivos do coronavírus em Portugal são muitas as incógnitas em torno do vírus. Quanto tempo durará a imunidade ao memso? Quando será atingida a imunidade de grupo? A vacina será sazonal como a da gripe? Estas são algumas das muitas questões por responder.

Ainda nem passou um ano desde que o primeiro caso de coronavírus foi anunciado no mundo e há muito a saber sobre a imunidade deixada pelo vírus. Há estudos que encontraram sinais de imunidade duradoura ou outros que viram que os assintomáticos podem perder anticorpos de forma mais rápida. Há ainda investigações sobre o papel dos linfócitos T, que são essenciais para auxiliar os linfócitos B a produzirem anticorpos. Embora ainda sejam raras, já foram anunciadas reinfecções em assintomáticos ou pessoas com sintomas ligeiros. Mesmo assim, em alguns casos viu-se que o corpo desenvolveu alguma protecção contra a segunda infecção. Alguns virologistas referem que será provável que surjam mais casos de reinfecção.

Quanto à imunidade de grupo, há especialistas que sugerem que poderá ser alcançada de forma natural sem vacina, mas muitos notam que só se conseguirá com vacinação. De outra forma, haveria muitas pessoas com uma doença grave e mortes. Por isso, questiona-se qual a percentagem de população que terá de ficar infectada para se atingir a imunidade de grupo. Há quem tenha apontado que se conseguiria entre os 10% e os 20% e quem diga que o valor terá de estar bem acima disso.

Espera-se que as vacinas estejam disponíveis, pelo menos, no próximo ano. Contudo, há questões sobre a sua eficácia e se deverá ser sazonal. Ao contrário dos vírus da gripe, os coronavírus não costumam sofrer tantas alterações.

Outras questões ainda perduram, como a origem exacta do vírus, quais as sequelas que deixa e a dimensão (e momento) de uma potencial segunda vaga. **Teresa Serafim**

Nem beijos nem abraços

É o "novo normal". A questão "dá-se um beijinho ou aperto de mão?" foi substituída por "toque com o punho ou com o cotovelo?". E é "perfeitamente normal" que sintamos a falta desses rituais. "O toque é um sentido fundamental enquanto seres intensamente sociais", explica Helena Águeda Marujo. Para a professora de Psicologia Positiva na Universidade de Lisboa, "tocar o outro é parte inerente da nossa forma de estar no mundo". Nos contextos certos, esses rituais até podem fazer bem. Isto porque "o toque humano pode estimular as endorfinas, os químicos cerebrais do bem-estar, e ter impactos na saúde física e psicológica". A sua ausência pode ter "um impacto muito grande". Embora os toques com o cotovelo não substituam os métodos mais calorosos, "é muito bom que estejamos a ser criativos nas alternativas de toque", prossegue a investigadora. A brincadeira envolvida no novo ritual, "com humor e algum riso", pode ajudar ao "sentimento de proximidade", o tal que estimula as endorfinas e o sentimento de pertença. **Hugo Moreira**

Trabalhar em casa ou viver no trabalho?

Era uma realidade desconhecida para quase todos. Antes da pandemia, apenas 6,5% dos trabalhadores portugueses trabalhavam a partir de casa. Os números são do Eurostat que apurou a taxa de utilização desta modalidade de trabalho em 2019 e fixou em 5,3% a taxa média da União Europeia. Portugal já estava, então, acima da média, mas a verdade é que quando a 18 de Março, com a declaração do estado de emergência, o Governo tornou obrigatória uma modalidade que até então era opcional, apanhou muita gente desprevenida.

Com maior ou menor esforço de adaptação, entre Abril e Junho de 2020 havia mais de um milhão de pessoas a trabalhar a partir de casa, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE). Em Abril, a percentagem de empresas que tinha mais de 75% do seu pessoal ao serviço em regime de teletrabalho era de 16%. O número foi descendo paulatinamente, e em Junho, a ultima vez que o INE divulgou estas estatísticas, essa taxa desceu para os 10%.

Em muitos sectores de actividade, será apenas este mês que as empresas começarão a receber os trabalhadores nas suas instalações, e a retomar as rotinas possíveis. E no Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) o Governo anuncia a intenção de colocar em regime de teletrabalho pelo menos 25% dos trabalhadores da Administração Pública – uma medida que pode abranger cerca de 17 mil funcionários.

A experiência forçada pela pandemia demonstrou que o teletrabalho não só é uma opção viável, como até desejável para algumas empresas e trabalhadores. As conclusões definitivas estão por tirar, até porque ainda há muitos estudos em curso. Mas já se pode dizer que está demonstrada a importância de haver uma actualização legislativa que regule esta modalidade. Para potenciar os seus efeitos benéficos – há empresas que registaram aumentos de produtividade, há trabalhadores satisfeitos com as poupanças em deslocações entre casa e trabalho. E para minimizar as suas consequências mais nefastas – o aumento do número de horas de trabalho, a falta de condições materiais e físicas para desempenhar as funções, os relatos de dificuldades em conciliar a vida pessoal com a familiar, os casos de *burnout* e os abusos por parte de entidades laborais no controlo dos trabalhadores. **Luísa Pinto**

A escola pelo ecrã

Entre o ecrã do computador e o da televisão. Foi assim que mais de um milhão de alunos do ensino básico e secundário e muitos milhares de professores viveram o 3.º período do ano lectivo passado. Com a sua "matéria-prima" fechada em casa devido ao confinamento imposto pela pandemia da covid-19, as escolas tiveram três dias para montar o que se veio a perceber ser ainda largamente residual no seu quotidiano. Trata-se do chamado ensino à distância, que arrancou a 16 de Março, o dia em que as escolas encerraram por determinação do Governo anunciada no dia 13 do mesmo mês. Por todo o mundo mais de mil milhões de estudantes juntaram-se ao mesmo destino e de novo voltou a emergir uma geografia dos pobres e outra dos ricos aqui determinada pelo acesso ao mundo digital. Portugal tinha um lugar reservado na geografia dos pobres, o que levou o Governo a avançar, também em tempo recorde, com uma alternativa estreada nos anos 60 do século passado: aulas pela televisão, uma operação que arrancou a 20 de Abril para os alunos do 1.º ciclo ao 10.º ano de escolaridade, que não voltaram às escolas até ao final do ano lectivo.

Ainda não são conhecidos pormenores, mas o primeiro-ministro António Costa informou nesta segunda-feira que as aulas pela televisão vão manter-se para evitar que alunos fiquem sem aprendizagens caso sejam infectados ou fiquem de quarentena. **Clara Viana**

Produção legislativa em ritmo acelerado

A produção legislativa para lidar com os efeitos da covid-19 na situação laboral tem estado em fluxo constante e a expectativa é que não fique por aqui. Até 15 de Agosto haviam sido publicados 88 diplomas com impactos nas relações laborais. A urgência e o ritmo obrigou a emendar a mão várias vezes. Por exemplo, quando se excluíram os microempresários dos apoios, ou quando houve que alterar prazos de referência para calcular a quebra de facturação das empresas.

Sindicalistas, empresários e especialistas em direito laboral têm criticado uma teia de diplomas que, em muitos casos, se cruzam e sobrepõem, e que dificultam a compreensão das medidas e o acesso aos apoios. Por exemplo, as medidas para os trabalhadores a recibos verdes já conheceram uma dezena de mudanças, o que levou a Provedora de Justiça a queixar-se ao Instituto da Segurança Social de que os serviços estão a deferir apoios a trabalhadores independentes sem explicar os fundamentos exactos da exclusão.

Tudo leva a crer que a necessidade de clarificação de medidas vá continuar e um dos temas quentes deverá ser o mecanismo de apoio à retoma progressiva, que sucede o regime de *layoff* simplificado, e de cuja aplicabilidade poderá depender a decisão de uma empresa avançar ou não para despedimentos. Desde que entrou em vigor, a 1 de Agosto, já obrigou o Ministério do Trabalho a informações complementares sobre as condições de acesso, o regime aplicável da TSU, o cálculo dos salários e o apoio ao pagamento dos subsídios de Natal. **Ana Brito**

CISION

ID: 88355585

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 4 de 7

Turismo em mudança

Após uma década de crescimento, com muitos pequenos negócios a florescer e empregos a nascer, o turismo bateu de encontro a uma parede em Março deste ano, para depois cair a pique com perdas nunca vistas, superiores a 90% em Abril e Maio e atenuadas com o início do Verão.

Agora, a questão principal é saber quando é que o sector irá recuperar, e para que níveis conseguirá voltar – será difícil voltar a ter um ano como 2019, período em que os turistas internacionais colocaram 18,4 mil milhões de euros em Portugal. Do receio do turismo de massas, passou-se para a angústia do vazio deixado pela pandemia, com barreiras à circulação e o medo de viajar (mesmo quando não há barreiras).

Pelo meio há já diversas vítimas, como pequenos negócios com mais dívidas e menos capacidade de tesouraria, e muitos trabalhadores com vínculos precários. O impacto só não foi pior graças ao turismo interno. Aqui, não obstante o clássico "sol e praia", há sinais de que a desejada tendência de diversificação de natureza e geografia se intensificou, com o interior, as serras e praias fluviais a ganharem mais atenção, desde o Gerês e o Douro à serra algarvia. No final, deverá verificar-se uma normalização do sector mas sem que tal signifique um regresso ao passado, com melhor turismo. **Luís Villalobos**

SNS forte, SNS fraco

No princípio só houve palmas. Antes de o primeiro caso ter sido declarado em Portugal, o SNS estava ligado ao ventilador, fragilizado por anos a fio de desinvestimento, à espera da materialização do reforço de milhões de euros anunciados no orçamento para 2020. Ainda assim, respondeu ao surto epidémico de forma exemplar, de tal forma que mereceu a admiração da imprensa internacional, o elogio unânime de políticos e especialistas e os aplausos da população à janela. Nunca, até agora, se descortinou o risco de colapso do SNS, que conseguiu acomodar os doentes muito graves nos cuidados intensivos e permanecer bem distante do cenário assustador de países vizinhos, sem necessitar de ajuda do sector privado, que praticamente parou durante os primeiros meses da pandemia. Mas, com o desconfinamento abrupto, os novos casos de infecção dispararam em Lisboa e Vale do Tejo. Portugal passou, num ápice, de bom para mau aluno e a capacidade de resposta da DGS, dos centros de saúde e dos hospitais começou a ser posta em causa.

Com os profissionais de saúde da linha da frente exaustos, já há quem vaticine que o sucesso inicial possa vir a revelar-se fatal para o SNS que precisa, com urgência, de investimento, até porque muita coisa ficou por fazer, entretanto. Em Maio, os doentes a aguardar por uma cirurgia para lá do prazo previsto na lei eram mais de 100 mil. O grande desafio agora é retomar o ritmo habitual, ou pelo menos aquilo que se convencionou chamar o "novo normal": são milhares e milhares as consultas adiadas (1,1 milhões só nos centros de saúde entre Março e Maio), ninguém sabe quantos doentes com outras patologias ficaram por tratar e há um excesso de mortalidade ainda por apurar com rigor.

Marta Temido, que era uma ministra "feliz" em Janeiro, já se mostra apreensiva com a mistura explosiva que representa o regresso às aulas e aos locais de trabalho e a simultaneidade da gripe sazonal e de uma eventual segunda vaga. O mais difícil vem aí, avisou. **Alexandra Campos**

O proletariado cultural à espera de melhores dias

A acção de protesto que a plataforma Convergência pela Cultura realizou na terça-feira frente ao Palácio da Ajuda veio pôr de novo na ordem do dia uma imagem que, talvez surpreendentemente, marcou os últimos seis meses: um jovem, rosto indiferenciado pela máscara anti-coronavírus, empunha um cartaz improvisado a identificar-se como profissional das artes e a denunciar a sistémica precariedade laboral do sector que a pandemia veio desnudar, expondo um novo proletariado sem vínculos laborais e portanto incapaz de assegurar a subsistência num cenário de paralisação total.

É uma imagem que temos visto repetida, em manifestações, protestos e até casos de tribunal: frente à Casa da Música ou à porta da Fundação de Serralves, no Porto, na Praça dos Restauradores e no Ministério da Cultura, em Lisboa, mas também noutras cidades do país.

Passado meio ano, os profissionais da cultura – músicos, actores e artistas, mas também técnicos, guias, educadores, assistentes de sala, trabalhadores manuais e também os pequenos empresários que ao longo do ano sobem aos palcos e asseguram os concertos, os espectáculos, as festas e a animação das ruas por todo o país – continuam a ser dos mais afectados pela pandemia que mudou as nossas vidas.

É verdade que o Governo foi abrindo linhas de apoio, consagrando, enfim, uma atenção especial aos chamados intermitentes da Cultura – que terão, ou pelo menos assim está prometido, um novo estatuto legal no final do ano. Mas acumulam-se os casos em que as medidas de emergência não chegam para repor um rendimento mínimo. Ver-se-á no fim, quando a normalidade regressar, quantos artistas nos terá custado a pandemia. **Sérgio C. Andrade**

O desporto sem adeptos

"Vamos fazer uma petição à Liga e ao Governo para apresentar, antes de começar o jogo, um espectáculo com o Bruno Nogueira. Se o Bruno Nogueira não puder, mandamos vir os touros lá de baixo e fazemos uma tourada. Depois, com eles cá dentro, já podemos avançar para o futebol." Esta frase, carregada de ironia, foi despejada por Pinto da Costa, presidente do FC Porto, a 16 de Julho, horas depois de conquistado o título de campeão nacional. De então para cá, pouco ou nada mudou nesta batalha pelo regresso do público aos estádios e aos pavilhões. Têm sido vários os agentes desportivos a levantar a voz em nome da relativa normalização das competições, mas a DGS não se tem comprometido com mais do que uma avaliação progressiva do tema, sem prazos ou previsões.

Com o futebol profissional quase exclusivamente agarrado à bóia dos direitos televisivos e os demais clubes e federações, de distintas modalidades, a esbracejarem para sobreviver, sem adeptos e sem competições dos escalões de formação, o actual panorama financeiro é asfixiante. **Nuno Sousa**

A ressurreição da geringonça

Quando se percebeu em Outubro de 2019 que não iria haver reedição da geringonça, a líder do BE, Catarina Martins, lamentou o fim de "um modelo que deu provas de resistência face a turbulências". Desde essa altura até ao início da pandemia, o PS tirou partido de uma "geometria variável" no Parlamento e o primeiro-ministro governou sem aflições e sem abusar da palavra "estabilidade" pois não receava a instabilidade.

Em Fevereiro, dias antes do primeiro caso de covid-19 em Portugal, Costa congratulava-se com os números do investimento e o aumento dos salários. Afinal, no quarto trimestre do ano passado, a economia →

CISION
ID: 88355585
Público
02-09-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 6
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 5 de 7

DESTAQUE

COVID-19

tinha crescido largamente acima da média europeia, lembrava. Este era em traços largos o ambiente político que se vivia e que, de repente, mudou drasticamente. O PCP, que se absteve no Orçamento do Estado 2020, votava contra o Suplementar em plena pandemia, o desemprego aumentava e o tecido empresarial desfazia-se em alguns sectores. Perspicaz, Costa encerra o debate do Estado da Nação, a 24 de Julho, a "pedir em casamento" de novo o PCP, BE, Os Verdes e também o PAN: "Precisamos de uma base de entendimento sólida e duradoura. Se foi possível antes, certamente terá de ser possível agora. Se foi útil antes, revela-se indispensável agora." O "sim" contudo, ainda não surgiu. Disso poderá depender a sobrevivência do actual Governo. **Helena Pereira**

O Estado omnipresente

Se há um grande consenso que a pandemia evidenciou, e que foi da esquerda a quase toda a direita, foi o da importância do Estado. Isso foi notório, por exemplo, no valor reforçado do SNS, na forma como foram criados apoios a quem de repente ficou numa situação de desprotecção total, na intervenção de socorro a lares privados. Acresce a isto tudo o que aconteceu em Março: a primeira declaração do estado de emergência em democracia. O que se assistiu foi à transferência provisória de poder dos indivíduos, de empresas para o Estado. Essa declaração causou algum desconforto (mais gritante na área do PCP) mas houve confiança nas instituições. Por último, os olhos estão também todos virados para o Estado que vai ter o poder de executar os milhões dos fundos europeus que virão de Bruxelas para ajudar à recuperação económica do país. **H.P.**

Do *streaming* em casa para a sala, com máscara

Inicialmente, houve concertos, peças de teatro, coreografias, *DJ sets* para dançar, cinema para ver. Em casa, via *streaming*, naturalmente. Mais de dois meses depois, a 1 de Junho, reabriram (alguns) teatros, cinemas e salas de espectáculos. Nesse dia o Campo Pequeno, em Lisboa, acolheu 2200 pessoas de máscara no rosto e a cumprir distância de segurança para ver *Deixem o Pimba em Paz*, de Bruno Nogueira. Entretanto, os concertos regressaram, os teatros têm actores em palco, os cinemas contam os seus espectadores. Todos, porém, concordariam com aquilo que nos dizia há duas semanas Ben Monteiro, dos D'Alva, acerca do regresso da música ao vivo: "É mais meio vivo, meio morto." Entretanto, perdemos o Verão, ou seja, ficámos privados das festas populares e romarias. E as discotecas continuam fechadas, obviamente, e o futebol, por enquanto, continua ser jogado sem público. Não é ainda um regresso. Seis meses depois, vivemos qualquer coisa de intermédio. **Mário Lopes**

O medo que nos enlouquece

A geração que conviveu com o vírus da SIDA nos anos 80 e 90 não vivia com este medo. O que se passou agora, sabendo que a SIDA na época era mortal e a covid, apesar da significativa taxa de mortalidade nos mais idosos, não é? Talvez porque a covid se possa pegar com o simples acto de respirar, através de qualquer pessoa e em qualquer situação. Talvez porque nos sentimos a pôr em causa os nossos pais. Talvez porque como defendeu Bernard Henri-Levy tenhamos criado um medo desproporcional face à prevalência do vírus. Jorge Torgal falava há pouco tempo que estava criado "um pandemónio social que não corresponde à gravidade da epidemia".

O medo afastou pais e filhos, netos e avós – com muitos casos de redução dos contactos a visitas residuais. Algumas pessoas, nomeadamente as que fazem parte de grupos de risco, mal saem de casa. Não sabemos ainda o impacto de tudo isto na saúde mental, mas sabemos que o Victam, um medicamento popular para a ansiedade, está esgotado. **A.S.L.**

Personagens

Graça Freitas
No centro do furacão

Especialista em saúde pública, Graça Freitas tem enfrentado críticas à forma como a Direcção-Geral da Saúde (DGS) tem conduzido a comunicação e as decisões relacionadas com a pandemia. As primeiras começaram ainda antes de a covid-19 ter chegado a Portugal, quando desvalorizou a possibilidade de o novo coronavírus atravessar as fronteiras da China. Adoptou, depois, um discurso de maior cautela sobre um vírus que se ia revelando à medida que o tempo passava. Ainda assim, não faltaram polémicas. Desde a indefinição sobre o uso obrigatório de máscaras, à disponibilização de dados sobre infecções à comunidade científica, até ao facto de ter perdido figuras cruciais da DGS entre elas o subdirector-geral, a chefe de Divisão de Epidemiologia e Estatística e a directora de Serviços de Informação e Análise. Isto sem esquecer as críticas à demora na publicação de várias normas. O último caso quente teve a ver com a Festa do *Avante!*, cujo parecer só foi revelado depois de um "recado" do Presidente da República. **Ana Maia**

António Lacerda Sales
Emoção nas zero mortes

Início de Agosto. Mais precisamente dia 3. Conferência no Ministério da Saúde para fazer o habitual balanço da pandemia. Foi um dos momentos mais marcantes do secretário de Estado da Saúde. Nas 24 anteriores não se registara qualquer morte pelo novo coronavírus. E António Lacerda Sales emocionou-se. "Tem sido muito difícil nestes últimos tempos e queria dizer que estamos muito felizes que isto tenha acontecido", disse, pedindo de imediato cautela na análise dos números. Tinha razão. "São muitos meses a anunciar óbitos e isso, do ponto de vista humano e para um profissional de saúde, não é bom", afirmou o médico ortopedista, que trabalhou no Centro Hospitalar de Leiria. Define-o o estilo calmo, pausado com que faz o balanço dos relatórios da DGS e responde às perguntas dos jornalistas. Secretário de Estado da Saúde desde o início da legislatura, antes de tomar posse ocupava uma das cadeiras do Parlamento como deputado do PS. **Ana Maia**

Marta Temido
O teste do Inverno

Desde que assumiu a pasta da Saúde – no final da legislatura passada —, que Marta Temido tem sido posta à prova. A pandemia será certamente a maior de todas. Coube-lhe anunciar os dois primeiros casos confirmados no país, assim como a difícil tarefa da primeira morte por covid. Nestes seis meses mostrou-se firme, mas tranquila, na comunicação dos casos, na informação sobre o material comprado para reforçar o SNS, no alerta da cautela que é preciso ao analisar os números e da obrigatoriedade do cumprimento das regras. Não escapou às críticas por causa da organização do 1.º de Maio e a possibilidade de se realizarem celebrações em Fátima a 13 de Maio. Está também longe de ter conquistado os profissionais de saúde. A insuficiência de testes de rastreio e de equipamentos de protecção individual, as condições de trabalho, a necessidade de mais contratação e de uma rede organizada no SNS têm sido falhas apontadas por organizações profissionais e sindicatos, que ainda não tiveram resposta aos pedidos de reunião. A prova de fogo, avisam, será o Inverno, cujo plano ainda se desconhece. **A.M.**

Miguel Guimarães
Máscaras e polémicas

Bastonário dos médicos no segundo mandato, Miguel Guimarães foi dos primeiros a defender o uso de máscaras em espaços fechados. Não evitou fazer críticas à DGS e ao Ministério da Saúde quando estes ainda se mostravam hesitantes em tomar esta opção, escudando-se nas indicações da OMS.Foi também o primeiro a lançar a discussão do uso de máscaras em espaços públicos abertos se tiverem muita concentração de pessoas. Mas foi a situação no Lar de Reguengos de Monsaraz que mais aqueceu a troca de palavras entre o bastonário dos médicos e as autoridades de saúde e que protagonizou os maiores momentos de tensão com o primeiro-ministro. Com vários utentes infectados e quase duas dezenas de mortes, a Ordem dos Médicos decidiu fazer uma auditoria ao que se passou, depois de críticas de médicos à falta de condições e da exigência da Administração Regional de Saúde do Alentejo para os clínicos se deslocassem àquele espaço. As palavras duras de António Costa, numa conversa privada com jornalistas que foi revelada, levaram a uma reunião de emergência. Procuraram sanar ânimos, mas a tensão continua. **Ana Maia**

CISION

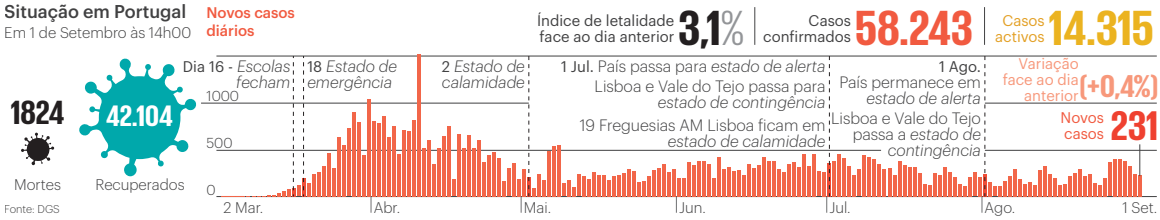
ID: 88355585

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,00 cm²
Corte: 6 de 7



Gabriela Gomes
A inovadora variável do caos

Os modelos matemáticos têm sido explorados até ao limite com esta pandemia. Servem para fazer cenários que depois podem informar políticas e sustentar a adopção de medidas no terreno. A cientista portuguesa Gabriela Gomes faz este tipo de análise há já muito tempo e como muitos outros especialistas acabou por

desviar agora toda a atenção para a evolução e dinâmica da covid-19. É a autora de vários artigos científicos que se têm distinguido nos milhares publicados sobre o Sars-CoV-2. E porquê? Porque o seu modelo é apoiado na heterogeneidade, introduzindo nas suas equações a variável do caos. Um dos principais resultados do seu trabalho é "puxar" o limite da imunidade de grupo para valores entre os 10 e os 20% da população infectada, bem abaixo do intervalo entre os 60 a 70% defendido pela maioria dos investigadores. **A.C.F.**

Graça Fonseca
Uma ministra de copo cheio e bolso vazio

O convite para um "drink de fim de tarde" com que Graça Fonseca respondeu a uma pergunta da SIC sobre os artistas que a pandemia pôs em situação de carência alimentar poderia ter sido apenas mais uma das *gaffes* que vem coleccionando desde que assumiu funções no Ministério da Cultura. Mas além de confirmar o padrão de inabilidade perante a comunicação social que parece ser uma das suas marcas de água, a desastrada mudança de assunto proposta pela ministra naquele fim de tarde em que apenas queria "falar de arte contemporânea" reflecte a ausência de respostas consistentes e atempadas do Palácio da Ajuda para uma crise que ameaça a sobrevivência do sector artístico tal como o conhecemos. Entre polémicas (a primeira, logo em Abril, foi a do malogrado TV Fest, o festival que tinha um milhão de euros para repartir entre 160 músicos discricionariamente escolhidos uns pelos outros), conseguiu reforçar a esquálida linha de apoio de emergência lançada em Março e anunciar outras três medidas excepcionais para mitigar as dores de um sector que a pandemia expôs em toda a sua brutal precariedade. Mas o vírus que fechou salas de espectáculos, museus e livrarias (nalguns casos definitivamente), que varreu do mapa concertos e festivais, que desamparou milhares de profissionais sem vínculo, também terá deixado as suas sequelas numa ministra a cuja "ignorância" mais de uma centena de profissionais das artes brindou esta terça-feira – de copo vazio, naturalmente. **I.N.**

Bruno Nogueira
O homem que fez o bicho mexer

Em Março, quando o país foi obrigado a confinar, Bruno Nogueira decidiu começar a ligar aos amigos à noite e a falar com eles por videochamada – tudo em directo no Instagram, numa espécie de programa chamado Como é que o Bicho Mexe? As conversas, que abriam e fechavam, respectivamente, com os colegas de Nogueira no podcast Uma Nêspera no Cu (Nuno Markl a falar, Filipe Melo, ao piano), cedo se tornaram um fenómeno de massas espontâneo e irreplicável, com um elenco alargado que incluía nomes como Inês Aires Pereira, Beatriz Gosta, Bumba na Fofinha, Albano Jerónimo, Jessica Athayde, Nuno Lopes, e a participação mais inusitada de figuras como Eunice Muñoz ou Maria João Pires. Depois de um final épico, a saga culminou com Bruno Nogueira a ser recontratado pela SIC, onde poderá – e há rumores de que o fará – manter este formato. **Rodrigo Nogueira**

Anthony Fauci
Corrigir Trump é o melhor remédio

Mais de seis milhões de infectados e quase 190 mil mortos não oferecem um bom cartão de visita ao principal rosto da resposta científica dos Estados Unidos à pandemia e maior especialista em doenças infeciosas do país. Ainda assim, e perante uma gestão da crise sanitária pela Administração Trump, no mínimo controversa, o epidemiologista Anthony Fauci conquistou um lugar entre as vozes mais ouvidas sobre o tema. O respeito junto da comunidade científica já o tinha, mas o reconhecimento da opinião pública internacional veio com as constantes correcções que foi obrigado a fazer sobre as declarações incorrectas ou imprecisas do Presidente dos EUA sobre o vírus, a vacina, o tratamento ou o verdadeiro perigo da doença. Este sucesso acabou por valer ao director do Instituto de Alergias e Doenças Infecto-contagiosas dos EUA o desprezo da direita radical e mais fanática, e do próprio Donald Trump, que não hesitam em querer fazer dele o bode expiatório pelos números catastróficos da covid-19 no país. António Saraiva Lima

Jair Bolsonaro
A "gripezinha"

Nem quando foi infectado pelo novo coronavírus Jair Bolsonaro mudou de postura ou moderou o discurso com os números aterradores da doença no país — quase quatro milhões de infectados e mais de 120 mil mortos. O chefe de Estado brasileiro é um dos principais representantes políticos da facção negacionista dos riscos da covid-19 — ou "gripezinha", como lhe chamou —, e continua a insistir na desvalorização da doença, promovendo e participando em grandes manifestações e promovendo medicamentos não testados. As responsabilidades pelos mortos atribui-as aos governadores e aos (dois) ministros da Saúde que já demitiu desde o início da pandemia. E a sua popularidade subiu. **A.S.L.**

Jacinda Ardern
Líder à altura

Mais do que uma revelação, uma confirmação. Jacinda Ardern, primeira-ministra da Nova Zelândia, demonstrou nos últimos meses que a reacção empática, mas firme, aos atentados terroristas do ano passado, em Christchurch, não foi um episódio isolado de uma líder política que parece estar preparada para enfrentar grandes crises. A Nova Zelândia é apontada com um dos maiores casos de sucesso na contenção da covid-19, tendo sido dos poucos países a apresentar zero casos diários durante meses. Esta terça-feira, o país da Oceânia contava com perto de 132 casos activos (de um total de 1700) e 22 mortos. Este aparente controlo da situação deveu-se, em grande medida, à estratégia eficaz do Governo trabalhista, alicerçado no pragmatista de Ardern que nunca hesitou na hora de tomar decisões difíceis – como as demissões no seu executivo ou o adiamento das eleições para Outubro. **A.S.L.**

Rodrigo Guedes de Carvalho
Um pivot que admoesta e consola

Rodrigo Guedes de Carvalho não foi o único pivot dos principais telejornais a achar que a situação excepcional em que vivemos impunha aos jornalistas televisivos, para lá da função de fornecer informação rigorosa e plural, serviços complementares de pedagogia cívica e conforto psicológico. José Alberto de Carvalho fez por vezes o mesmo na TVI. Mas o histórico pivot da SIC acabou mesmo por se converter numa das figuras incontornáveis destes últimos meses. No próprio dia em que a

OMS decretou o estado de pandemia, a 11 de Março, fechou o jornal da noite exortando-nos a "reduzir os nossos contactos físicos ao estritamente necessário", mas deixando também uma nota de encorajamento: "Vamos manter a esperança e o ânimo porque a tempestade vai passar com a ajuda de todos nós, do país e do mundo."

A partir daí, os remates algo sermoníferos tornaram-se regra. Mas foi a sua entrevista à ministra da Saúde, a 2 de Maio, que mais dividiu opiniões. Deixando claro que ele próprio achava que a manifestação promovida pela CGTP não devia ter sido autorizada, foi-se tornando tão agressivo na gorada tentativa de levar a ministra a dar-lhe razão, que esta acabou a explicar-lhe que vivíamos uma crise sanitária e não "uma emergência totalitária". Reagindo às críticas, o pivot, numa mensagem lida para a RTP, avisou: "Se o que eu digo, ou como o digo, ajudar alguém, nem que seja uma pessoa, a ter esperança e calma, vou continuar a fazê-lo". **L. M.Q.**

CISION

ID: 88355585

Público

02-09-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 20,90 x 24,77 cm²
Corte: 7 de 7

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 11.088 • 1,30€ • Quarta-feira, 2 de Setembro de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Governo decide prolongar regularização de imigrantes

Estão abrangidos os que deram entrada com processo de regularização até 18 de Março. SEF está a marcar agendamentos para Junho do próximo ano **Sociedade, 15**

Auditoria ao Novo Banco não identifica devedores

Governo pediu confidencialidade, mas não há nomes no relatório. BE quer versão completa **p20/21**

PCP vende entradas acima da lotação para Festa do *Avante!*

Bilhetes a mais podem ser comprados como "gestos de apoio" sem pôr em causa o limite de entradas **p13**

Alberto Barbera
"É um milagre o Festival de Veneza acontecer este ano e receber filmes de todo o mundo"
Cultura, 28 e 29

PS escolhe José Apolinário para presidir a CCR do Algarve

A saída do secretário de Estado das Pescas obrigará a uma minirremodelação governamental **p12**

Charlie Hebdo, mais do que um ataque em julgamento

Julgamento começa hoje. Será uma espécie de sessão terapêutica para um país que continua a ter medo **p24**

ISNN-0872-1548